



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Educação e Humanidades
Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira
Programa de Pós-Graduação de Ensino em Educação Básica



Bárbara Conceição da Silva

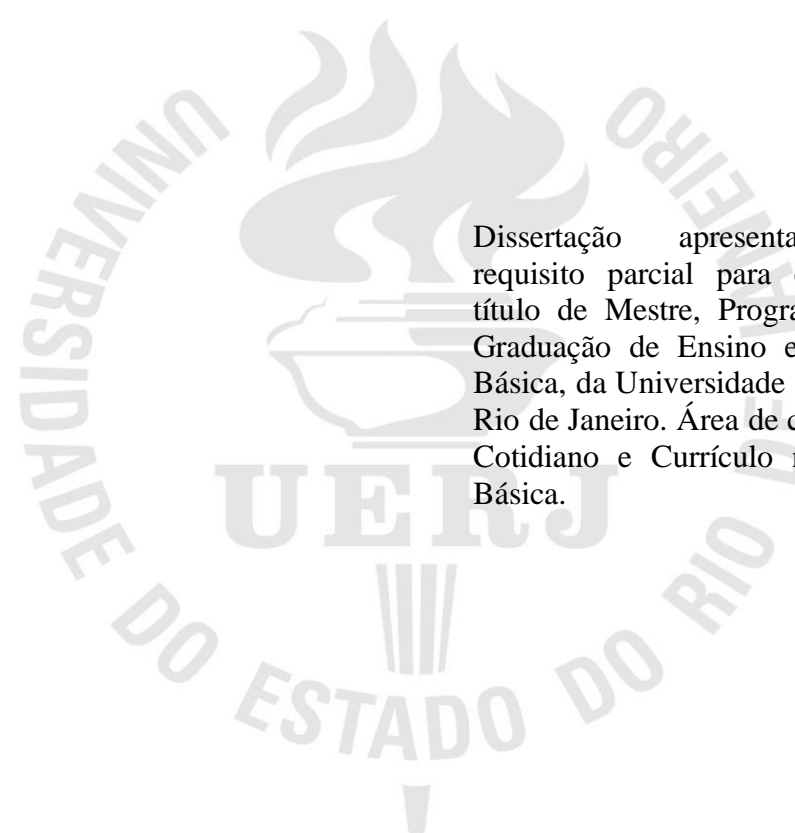
Educação financeira escolar: desafios e potencialidades nos anos iniciais

Rio de Janeiro

2023

Bárbara Conceição da Silva

Educação financeira escolar: desafios e potencialidades nos anos iniciais



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, Programa de Pós-Graduação de Ensino em Educação Básica, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Cotidiano e Currículo na Educação Básica.

Orientadora: Prof^a. Gabriela Félix Brião

Rio de Janeiro

2023

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CAP/A

S586	Silva, Bárbara Conceição da
	Educação financeira escolar: desafios e potencialidades nos anos iniciais/ Bárbara Conceição da Silva – 2023. 101 f.: il.
	Orientadora: Gabriela Félix Brião.
	Dissertação (Mestrado) – Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira. CAP/UERJ.
	1. Matemática – Estudo e Ensino – Teses. 2. Ensino Fundamental - Teses. 3. Educação Financeira - Teses. I. Brião, Gabriela Félix. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira. CAP/UERJ. III. Título.
	CDU 51:37

Emily Dantas CRB-7 / 7149 - Bibliotecário responsável pela elaboração da ficha catalográfica.

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese/dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Bárbara Conceição da Silva

**EDUCAÇÃO FINANCEIRA ESCOLAR: DESAFIOS E POTENCIALIDADES
NOS ANOS INICIAIS**

Dissertação apresentada, como requisito para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação de Ensino em Educação Básica, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Cotidiano e Currículo na Educação Básica

Aprovada em ____ de _____ de 2023.

Banca Examinadora:

Prof^ª. Dra. Gabriela Félix Brião–Orientadora
Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ

Prof^ª. Dra. Aline de Lima Guedes– Avaliadora interna
Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ

Prof^ª. Dra. Edite Resende Vieira – Avaliadora Externa
Colégio Pedro II

Rio de Janeiro

2023

DEDICATÓRIA

Dedico essa Dissertação ao meu Pai Oxalá que sempre guiastes os meus caminhos antes mesmo de saber exatamente quem Eras. Por fundamentar e fortalecer a minha fé Nele e em todos os Orixás e entidades que me rodeiam guiando-me.

AGRADECIMENTOS

À amiga, Célia Cristo, o meu muitíssimo obrigada! Minha amiga-irmã, se não fosse você, talvez eu não estivesse aqui. Abaixo do meu Pai Oxalá, você é a pessoa na qual eu devo a minha entrada nessa Universidade por me mostrar o caminho e pelo imenso incentivo, fazendo-me crer que eu era capaz... E cá estou! Obrigada, amiga, o meu amor por você é imenso!

Agradeço aos familiares e aos muitos amigos que dessa pesquisa fizeram parte me apoiando, preocupando-se, procurando-me, dando forças para a caminhada. Foram muitos os empecilhos e limitações, mas vocês foram ímpares dando-me forças e motivos para prosseguir na caminhada. Obrigada!

Também agradeço ao povo da espiritualidade que fazem parte de minha nova religião afrodescendente, que cuidaram do meu lado espiritual nos momentos em que achei e/ou senti que as forças e a fé me faltavam! Oxalá, meu Pai... AXÉ!

Ao meu filho Jefferson que em todas as fases da minha vida esteve ao meu lado apoiando-me com gestos e atitudes e com o seu orgulho de mim, que se espelhava em seus olhos mesmo sem palavras.

Ao meu irmão Irany que sempre me apoiou de todas as formas me dando forças para a caminhada por mais difícil que estivesse.

A minha mãe que mesmo com suas poucas palavras, elogiava-me e torcia por mim; mesmo achando que eu ficaria maluca de tanto estudar... Era o que ela falava!

Às minhas sobrinhas, sobrinhos, à minha “cunha” que sempre diziam se orgulhar de mim e que “queriam ser igual a mim quando crescessem”, mesmo sendo já grandes. Rsrtrs.

Aos meus amigos da “treta” (turma 2020 PPGE) que foram supimpas: Gabriela, Tátia, Marcelha, Layla, Denise, Clayton, Flavinho, Ingrid e Anderson, o meu MUITO OBRIGADA! Em especial à Gabriela, Tátia, Marcelha, Denise e Layla. Esses amigos me fizeram rir bastante e todo o tempo trouxeram palavras de apoio; mostraram que a amizade não tem distância e/ou barreiras... Amo vocês! Afffff, quantas e quantas vezes eu os “incomodei”, mas todos sempre foram muito atentos às minhas necessidades e/ou pedidos de SOCORRO!

Aos amigos da turma da disciplina isolada “Por uma didática intercultural” que também foram demais comigo, o meu muito obrigada! Ao amigo Luciano Bugarin

(turma 2019), à Cíntia (turma 2019), à Gabriela (turma 2020) novamente, que me acompanha desde essa turma, e ao amigo Diogo (turma 2019) que foi simplesmente esplêndido ao não me deixar desistir de tudo desde o início. Agiu em meu favor junto à direção e ao colegiado do curso. O motivo foi eu ter passado por um processo de bullying (por uma aluna branca), por eu não ser aluna efetiva do curso de mestrado “ainda”, na época. Te amo, Diogo, muitíssimo OBRIGADA! Bruno Carvalho (turma 2019), obrigada por sua força também nessa hora!

À minha orientadora pelo carinho, força, amizade e aprendizagem dedicada a mim... Obrigada, Gaby! Pela história que ela conta, antes, como aluna, eu não poderia chamá-la assim com “intimidade”, “Gaby”! Rsr.

A todos os outros professores desde o início das disciplinas isoladas até às do mestrado... o meu muito obrigada por todo incentivo e aprendizado dedicado.

Ao meu amigo, Kravo, muitíssimo obrigada pelo carinho e apoio que me destes.

“Gentem”, não posso esquecer as secretárias do PPGEB sempre tão gentis, prestativas e pacientes comigo... obrigada, meninas! Rsr.

Ser capaz de recomeçar sempre, de fazer,
de reconstruir, de não se entregar, de
recusar burocratizar-se mentalmente, de
entender e de viver a vida como processo,
como vir a ser...

(FREIRE, 1995, p. 103).

RESUMO

SILVA, B. C. **A Educação financeira escolar: desafio e potencialidades nos anos iniciais.** 2023. 102f. Dissertação (Mestrado em Ensino em Educação Básica) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

Este trabalho tem como proposta de estudo dialogar com a Educação Financeira no campo da Matemática, nos anos iniciais do Ensino Fundamental na Educação Básica. Tendo como base a vivência da autora como professora dos anos iniciais do Ensino Fundamental, tanto no PEJA (SME/Rio, desde 2004) quanto no ciclo de alfabetização de crianças (SME/Duque de Caxias, desde o ano de 2007), vislumbra-se a importância da Educação Financeira no cotidiano dos alunos do terceiro ano do ciclo de alfabetização, o que tem o potencial de estimular esses estudantes a contribuir nas decisões financeiras da família. Com ampla pesquisa realizada no Portal de Periódicos do CAPES chegou-se no final a apenas 5 artigos selecionados manualmente através da leitura de seus títulos e resumos. Como resultado dessa pesquisa, verificou-se pouca literatura voltada para a formação nos anos iniciais sobre o tema. Nesse ínterim articula-se com a questão norteadora: de que forma a Educação Financeira pode ser trabalhada nos anos iniciais, contribuindo no fator socioeconômico dos estudantes, para o cenário acadêmico e escolar? Tem-se o objetivo de colaborar para o cenário acadêmico e escolar com a realização de uma pesquisa bibliográfica, qualitativa, sobre Educação Financeira, em particular, a Educação Financeira Escolar e suas contribuições para a vida socioeconômica dos estudantes dos anos iniciais. A pesquisa resultou em dois Produtos Educacionais (duas cartilhas, uma para o aluno e outra para o professor) atendendo à exigência para a finalização de um mestrado profissional, intitulados: Cartilha de Educação Financeira Escolar: histórias para crianças e Cartilha de Apoio Ao Docente. Tais produtos, apesar de ainda não aplicados em sala de aula, tem o potencial de desafiar pensamentos limitantes que cerceiam a vida de crianças desde a mais tenra idade acerca de temas socioeconômico-financeiros. Espera-se, como etapa posterior desta pesquisa, aplicar os produtos e a divulgação subsequente de resultados.

Palavras-chave: Educação Matemática. Educação Financeira. Ensino Fundamental. Matemática.

ABSTRACT

SILVA, B. C. School financial education: challenge and potential in the early years. 2023. 102f. Dissertation (Master of Teaching in Basic Education) – State University of Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

This work proposes a study to dialogue with Financial Education in the field of Mathematics, in the early years of Elementary School I in Basic Education. Based on the author's experience as a teacher in the early years of elementary school, both at PEJA (SME/Rio, since 2004) and in the children's literacy cycle (SME/Duque de Caxias, since 2007), if the importance of Financial Education in the daily lives of children in the third year of the literacy cycle, which has the potential to encourage these students to contribute to the family's financial decisions. The aim is to contribute to the academic and school scenario by carrying out a bibliographical research on Financial Education, in particular, Financial Education at School. As a result of this research, there was little literature focused on training in the early years on the subject. In the meantime, it articulates with guiding questions such as, how can Financial Education be worked on in the early years and contribute to the socioeconomic factor of students? Through bibliographical, qualitative research, with authors who bring in their theses, dissertations, articles, books, etc., themes of Economic-Financial Education for children including Mathematics, the basis for two Educational Products is built (two booklets, one for the student and another for the teacher) that are required for completing a professional master's degree. Such products, although not yet applied in the classroom, have the potential to challenge limiting thoughts that restrict the lives of children from an early age on socioeconomic and financial issues. It is expected, as a later stage of this research, to apply the products and the subsequent dissemination of results.

Keywords: Mathematics Education. Financial education. Elementary School. Critical Mathematics Education.

LISTA DE TABELAS, QUADROS E FIGURAS

FIGURA 1	Capa do Produto Educacional destinado aos estudantes	Pg. 33
FIGURA 2	Página de atividades para os estudantes	Pg. 33
FIGURA 3	Página da cartilha	Pg. 34
FIGURA 4	Página de explicação de atividade	Pg. 34
FIGURA 5	Tela inicial do jogo “Tá O\$\$O!”	Pg. 55
FIGURA 6	Concepções de Educação Financeira Escolar	Pg. 62
QUADRO 1	Resumo dos artigos selecionados	Pg. 40
QUADRO 2	Propostas dos livros ENEF	Pg. 51
QUADRO 3	Ambientes de Aprendizagem de Skovsmose (2000)	Pg. 67
TABELA 1	Organização da Semana ENEF	Pg. 55
TABELA 2	Cenários para Investigação de Skovsmose	Pg. 53

ABREVIATURAS E SIGLAS

AEF	Associação de Educação Financeira
BCB	Banco Central do Brasil
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNE	Conselho Nacional de Educação
CONEF	Comitê Nacional de Educação Financeira
DH	Direitos Humanos
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
EF	Educação Financeira
EFE	Educação Financeira Escolar
ENCD	Escola Normal Carmela Dutra
ENEF	Estratégia Nacional de Educação Financeira
LDB	Lei de Diretrizes e Base da Educação
MEC	Ministério da Educação
OCDE	Organização para Coordenação e Desenvolvimento Econômico
ONU	Organização das Nações Unidas
PCN's	Parâmetros Curriculares Nacionais
PEJA	Programa de Educação de Jovens e Adultos
PL	Projeto de Lei
PPGEB	Programa de Pós-Graduação de Ensino em Educação Básica
SME	Secretaria Municipal de Educação

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO.....	13
1.1 Memorial de formação.....	13
1.2 Problema e pergunta.....	20
1.3 Objetivos.....	22
1.4 Inserindo a temática.....	23
1.5 Justificativa.....	29
1.6 Metodologia de pesquisa.....	30
1.7 Produto educacional.....	32
2. REVISÃO DE LITERATURA.....	35
2.1 Condução da revisão.....	37
2.2 Seleção do material.....	38
2.2.1 Artigos selecionados.....	38
2.3 Referenciais teóricos.....	42
3. EDUCAÇÃO FINANCEIRA ESCOLAR.....	44
3.1 A educação financeira no Brasil.....	48
3.1.2 Educação financeira e as leis.....	50
3.1.3 Educação financeira escolar como instrumento do conhecimento.....	59
3.2 O pensamento econômico na criança.....	67
4. MATEMÁTICA FINANCEIRA.....	70
4.1 A matemática na educação básica.....	72
4.2 A matemática nos anos iniciais.....	74
5. A EDUCAÇÃO FINANCEIRA E A FORMAÇÃO DOCENTE.....	83
6. ANÁLISES DOS RESULTADOS DAS PESQUISAS MAPEADAS E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA ESTA PESQUISA.....	87
6.1 Conclusão.....	91
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	94
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	96

1. APRESENTAÇÃO

Esse trabalho vem de um desejo pessoal e, para iniciar minha fala, utilizo Conceição Evaristo na forma de escrevivência para meu Memorial de formação. Entende-se que escrever é dar “vez às versões, mínimas, fragmentárias de vidas comuns, nem heróicas nem exemplares, de pequenas vidas de personagens em cujos percursos se conjugam derrotas advindas de sua condição social, racial e gênero” (EVARISTO, 2017, p. 187).

Parto da premissa de que a Educação Financeira Escolar não deva ser apenas uma proposta educativa para os estudantes e cidadãos, mas uma opção de vida, de percurso para uma vida de paz no que se refere ao trato financeiro econômico.

Dessa forma, penso a Educação Financeira como caminho estratégico de vida social, político-financeira e cultural estabelecendo uma estrada alinhada para o bom viver. A Educação Financeira Escolar possivelmente encaminha o indivíduo para um ser visionário que mantém inclusive o seu equilíbrio psicológico.

Pressupõe-se que a Educação é composta de atos político-sociais e culturais e, sabe-se agora, de atos econômicos financeiros que compõem a vida integral do sujeito que atua sobre ela efetivamente e a modifica. Com isso, a sociedade plural é literalmente vista e entendida como tal.

1.1 Memorial de formação

“Eu sou seu fã!”

Irany Francisco

Introduzo este memorial com a fala incentivadora do meu irmão, Irany Francisco, que sempre foi sinônimo de força para mim. Durante minha caminhada, essas palavras soavam sempre como um empurrão, um grande incentivo para seguir em frente por mais difícil que estivesse e, ainda hoje, estimula a minha trajetória.

Do meu “lugar de fala” (RIBEIRO, 2017), trago bagagens, experiências de vida e situações pessoais, plantadas no passado e colhidas hoje. Para o autor: “O lugar social não determina uma consciência discursiva sobre esse lugar. Porém, o lugar que ocupamos socialmente nos faz ter experiências distintas e outras perspectivas”. (RIBEIRO, 2017, p. 18).

Eu, mulher, mãe, negra, pobre e “favelada” (JESUS, 2014) advinda da Cidade de Deus, onde fui ensinada por minha querida e falecida avó, Carmelita Mozé, a Dona Filhinha. Minha vó foi responsável por três netos (eu e mais dois irmãos), enquanto mamãe buscava o nosso “sustento”.

A palavra “sustento” entre aspas quer dizer que, algumas vezes passávamos fome; não tínhamos o que comer direito, mas, sobrevivemos à tempestade com saúde e dignidade. Para Jesus (2014), as situações de pobreza fazem com que as pessoas passem por situações adversas, procurem empréstimos, entre outras soluções, pois, “o custo dos gêneros alimentícios nos impede a realização dos nossos desejos. Atualmente somos escravos do custo de vida” (p. 10).

Menina estudiosa, sempre sentada na primeira carteira da sala de aula, daquelas que não admitia um conceito “B”; o “A” tinha de ser o seu maestral. Aluna exemplar, elogiada pelos professores. Desde muito cedo me considero uma leitora ávida dos famosos gibis da Turma da Mônica, Luluzinha, Zero, Tio Patinhas etc.; além das revistas de Romance Sabrina, Júlia, Bianca, entre outras.

O hábito da leitura acredito ser advindo do convívio com meu falecido tio Jurandir que vivia sentado no banco da varanda lendo seus livros de Cowboy. Livros que ele obtinha por meio de trocas realizadas semanalmente na feira de domingo; ofício que ele me ensinou.

Após a primeira compra na “barraca de chão”¹, passei a fazer parte do clube da troca na feira, semanalmente. Ali também fiz outras amizades com pessoas que trocavam entre si, emprestavam e até doavam livros, revistas e gibis. Desde menina, já economizava as moedinhas que ganhava para a aquisição de livros usados, nos famosos sebos, quando havia se esgotado as trocas ou quando queria algo diferente.

Acredito que a necessidade e a vontade de adquirir esses produtos foi o marco inicial de estímulo à economia. Neste caso, para compra dos livros que eram a minha paixão, mesmo que fossem escassas as moedinhas. Aos quinze anos, após muitas leituras através de livros emprestados ou adquiridos nos sebos, consegui passar no concurso para normalista, antigo segundo grau, na Escola Normal Carmela Dutra (ENCD), no bairro de Madureira-RJ. As provas para ingresso nas Escolas de Formação de Professores eram comparativamente, como se fossem hoje, o ingresso para uma

¹ Barraca de chão: Mercadorias expostas em cima de um tecido e/ou papel qualquer, forrado no chão.

faculdade pública, ou seja, nada fácil!

Iniciei o ano letivo de 1982, porém, mais ou menos na metade do ano, minha mãe disse que eu precisava deixar o colégio, pois, ela não tinha mais condições de manter as despesas. Para a época, os custos de materiais de aula utilizados para confecções de trabalhos/atividades, livros, uniformes e seus apetrechos (inclusive o de gala), sapato especial, tudo era comprado com altos preços; inclusive havia lojas “exclusivas” para tais vendas.

Naquele tempo o governo não disponibilizava para os estudantes o que oferece hoje, como, passe livre no transporte, uniformes, materiais. Muito triste com a situação, conversei com meus colegas de turma sobre o que se passava.

Para minha grande surpresa, a turma se reuniu e, com parte do dinheiro que levavam para seus lanches diários, “passavam a sacolinha”, semanalmente, e me entregavam o valor arrecadado, contribuindo dessa maneira para pagar as passagens que eu gastava por dia. Muito envergonhada, disse que não precisava, que eu não queria. Até mesmo porque não eram somente as passagens, faltavam muitas coisas para eu permanecer ali.

Eles falavam que eu não poderia sair, que era uma boa aluna; aquela que fazia questão dos conceitos “A”. Na verdade, o reconhecimento de meus próprios colegas, já me deixava feliz!

Para minha maior surpresa, os professores me procuraram, pois, a turma já os havia passado a situação. Eles já tinham comunicado o fato ao diretor que recorreu à “Caixa escolar” - era uma contribuição mensal daqueles com melhores situações financeiras, justamente para ajudar os alunos mais carentes e necessitados. Através desses subsídios a escola ajudava alguns alunos com uniformes, livros etc.

Os nossos professores também contribuíram de alguma forma para que eu pudesse permanecer na escola. Dessa forma, consegui seguir com o ano letivo. No fim do ano, agradei muitíssimo a todos, porém, não poderia continuar “abusando” da boa vontade de todas aquelas pessoas queridas. Apesar da insistência dos amigos para que eu continuasse, saí do colégio.

No ano seguinte, após um conflito familiar, pois meu irmão havia engravidado a sua namorada estando ainda servindo ao quartel, eu e meus irmãos fomos morar num “barraco” nos fundos da casa de nossa avó, juntamente com a namorada dele. Então, consegui meu primeiro emprego em uma drogaria como auxiliar de serviços gerais. Dessa forma, fomos dando o nosso jeitinho para seguir com nosso sustento. Meu irmão

e eu, apenas com dezesseis anos, nutríamos o intuito de economizar dinheiro para nossas necessidades básicas, mesmo sendo tão jovens.

No ano seguinte, com meu irmão e cunhada já trabalhando, consegui trocar de horário no trabalho e pude pagar um colégio para terminar o segundo grau técnico à noite. Foram dois anos para concluir o curso técnico de contabilidade, pois eu já havia feito o primeiro ano na ENCD.

Com o passar do tempo, retornamos para a casa de nossa mãe, porém, continuamos a trabalhar e a nos sustentar. Aos dezenove anos, em 1986, casei-me e aos vinte e dois anos, tive o meu primeiro e único filho, Jefferson Luís. Após três anos de casada, veio o divórcio. Tornar-me mãe solteira, com as dificuldades financeiras, a responsabilidade de evitar o consumismo e manter alguma economia para cumprir com todos os gastos necessários para o sustento da casa e da criança era tarefa grande para uma jovem sozinha. Revivia a cada instante os sonhos de normalista, da professora, da faculdade, entre outros sonhos.

Certa vez, fiquei desempregada e a oportunidade que surgiu foi a de ser revendedora de revistas de cosméticos como, por exemplo, Avon e Natura para continuar suprindo o nosso sustento (meu e de meu filho). Não era fácil juntar/economizar cada valor das vendas, na maioria das vezes pequenas, para alcançar o montante necessário.

Fora que, muitas das vezes, não recebia o pagamento, levava “bolo”; termo utilizado para aqueles que compravam sem a intenção de pagar. Cada centavo recebido entrava como economia para o pagamento das despesas e compra de alimentos.

Depois de alguns anos, junto com meu filho, ele com cerca de sete anos, saíamos juntos oferecendo produtos previamente adquiridos, conhecida como “pronta entrega”, para tentarmos aumentar as vendas.

Atualmente, a revenda de revistas de cosméticos não é a minha renda principal, mas ainda hoje faz parte da minha vida como forma de renda extra para eventuais despesas.

O tempo passou e, aos 29 anos, uma amiga da igreja chamada Emília, sabendo do meu sonho em ser normalista, me incentivou a retornar ao colégio Normal (ENCD) para realizar o meu grande sonho de criança: ser professora.

Emília se prontificou a acompanhar-me ao colégio e conversar com a direção da escola, contar a minha história; concordei! Ah, que alegria sentir aquela esperança novamente... o “êxtase” (HOOKS, 2013) da/na sala de aula.

Sobre isso, Bell Hooks (2013, p. 10) afirma que “Aprendemos desde cedo que nossa devoção ao estudo, à vida do intelecto, era um ato contra hegemônico, um modo fundamental de resistir” aos percalços da vida; assim, alguns motivos do êxtase na sala de aula. Marcamos o quanto antes e, para minha surpresa, ao chegar ao colégio, encontrei o mesmo diretor de outrora, o querido professor Geraldo.

Não foi de surpreender que aquele homem tenha me aceitado de volta! Ingressaria no segundo ano; todavia, concomitantemente, fazendo “dependência” em duas disciplinas por conta do novo currículo da época – mesmo já tendo concluído o segundo grau anteriormente.

Aos trinta anos, com um filho de oito anos, retorno ao colégio para concluir o segundo grau de Formação de Professores em minha querida ENCD. No primeiro ano, consegui prosseguir somente com a ajuda financeira de algumas pessoas, pois as aulas dividiam-se entre os horários da manhã e tarde. Entre essas pessoas, foi meu irmão que ajudou na compra de meus livros.

Para não “abusar” tanto, eu tirava xerox dos livros, mesmo sendo proibido na época e, quando não conseguia, procurava nos sebos da cidade para economizar o máximo possível. Minha mãe também ajudou com a minha alimentação e a de meu filho enquanto eu continuava revendendo as revistas de cosméticos; e ainda realizava a faxina da igreja que eu frequentava sempre que necessário, para arrecadar uma “graninha”.

No segundo e no terceiro ano, a aula era à noite; o último para mim; pois eu não poderia me dar ao “luxo” de estender por mais um ano para acrescentar a habilitação em Educação infantil em meu diploma; que seria o quarto ano das escolas de formação de professores; porém, na época, não obrigatória.

Através de um concurso da Prefeitura do Rio de Janeiro para trabalhar em creches comunitárias (1998), fui aprovada em primeiro lugar e consegui uma vaga numa creche conveniada com a Prefeitura na parte da manhã. Com esse emprego, consegui aliviar aqueles que me ajudavam e consegui, ainda com o apoio das vendas, suprir as necessidades diárias.

Sonho realizado! Lembro-me que meu anel de formatura (sem festa ou cerimônias) foi simples, de prata, mas com valor de ouro; ele foi adquirido através da venda de uma rifa. Terminando o Curso Normal, prossegui no trabalho da creche e continuava estudando muito em casa, em busca de mais um sonho: o emprego público.

Nessa caminhada, tive o incentivo e muita ajuda de minha amiga Zeneidy

Feliciano que, ao mesmo tempo, me ajudava com grupos de estudos, ensinava meu filho na escola como explicadora, sem nada me cobrar; pois ela tinha uma escolinha em sua casa na comunidade onde morávamos.

Muitas vezes essa amiga pagou inscrições de concurso, passagens e até lanches para mim. Quando eu tinha condições, retribuía o feito. Muitas vezes eu quis desistir, mas ela não deixava, sempre me incentivava. Seu filho, André Feliciano, também muito colaborou na alfabetização do meu, para que prosseguisse estudando.

Zeneidy e eu não largamos a mão uma da outra até que, em 2002/2003, fomos aprovadas no concurso da Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura do Rio de Janeiro (SME-RJ). Zeneidy foi logo convocada, mas, eu, apenas em agosto de 2004. E mais uma dificuldade financeira surgiu!

Fui alocada em uma escola bem distante e não havia dinheiro para passagens, roupas e sapatos “adequados” para trabalhar, além de o primeiro pagamento ser apenas após três meses de trabalho. Já não sabia mais como economizar ou conseguir dinheiro para as despesas.

Começaram a partir daí, as ofertas para empréstimos financeiros oferecidos pelos bancos e por empresas. Realmente, todas tentadoras; mas o medo do consumismo, de não conseguir cumprir com as prestações, de iniciar gastos desnecessários, me afastou de toda essa sedução que essas instituições financeiras induzem.

No ano de ingresso na SME-RJ, em uma escola em Pedra de Guaratiba, conheci uma grande amiga, Maria Conceição Linhares, que me colocou a par de uma nova unidade da UniverCidade que estava abrindo na comunidade de Rio das Pedras, oferecendo gratuitamente o Curso Normal Superior, criado para a formação de professor da Educação Infantil e das Séries Iniciais do Ensino Fundamental - Parecer CES 970/99 – em substituição ao Curso Normal em nível de 2º Grau (CNE, 1999), equivalente ao atual curso de Pedagogia, somente para os moradores daquele lugar.

Porém, por falta de procura, estenderam as inscrições para as comunidades vizinhas e aquela seria a última semana de inscrição e avaliação. Enfim, eu tinha apenas aquela semana para fazer a inscrição, estudar e fazer a prova. Pois bem, no mesmo dia compareci à unidade, me inscrevi e comecei a estudar, principalmente, técnicas de redação. Fui aprovada, porém, com mais uma provação adiante.

Apesar de um curso superior gratuito, havia custos como: passagens, os materiais para as disciplinas, o aumento de gasto com alimentação, pois passaria

praticamente o dia no trabalho e a noite na faculdade; além de ter que pagar alguém para tomar conta do meu filho. Eu precisava agarrar aquela oportunidade. Apesar de não ser o curso que eu escolheria, foi o que me surgiu gratuitamente!

Sempre estudando e buscando melhores oportunidades, em 2007, sou novamente aprovada como professora, agora na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de Duque de Caxias (SME - Duque de Caxias), município localizado na Baixada Fluminense do Estado do Rio de Janeiro; o que me deu maiores condições, sem nunca esquecer os ensinamentos e a conscientização sobre as questões econômico-financeiras.

Pouquíssimas vezes pude extravasar o orçamento familiar em algum gasto “não essencial”; a prioridade sempre foi o crescimento pessoal, família, alimentação e saúde. Muitas das vezes fui taxada de “pão dura” e/ou “mão de vaca”.

Era triste ouvir essas coisas, mas eu colocava a mão somente onde eu alcançava. Foi dessa maneira que surgiu a compra de um carro, a compra de uma casa, a compra de um terreno seguida da construção de uma casa etc. Lembrando que todas essas aquisições ocorreram em dezessete anos, após as duas matrículas adquiridas.

Durante esse tempo fiz apenas um único empréstimo bancário, realizado dentro de minhas condições financeiras sem necessitar me enforçar. Apenas nesse momento, tive a necessidade de fazer uma dobra, hora extra em uma escola que me fez trabalhar em três turnos durante dois anos para ajudar a desafogar um pouco esse empréstimo.

Trago essa experiência de vida para exemplificar os muitos desafios enfrentados por uma mãe solteira, moradora de favela e que, com muito trabalho e sonho, conseguiu conquistar algumas melhorias na sua vida pessoal, profissional e familiar. Com este memorial, almejo reforçar as escolhas feitas no passado para a construção do presente.

Através desse relato, procuro enfatizar a importância da noção de Educação Financeira na vida dos indivíduos. Na época, eu não sabia o que significava isso, mas pela necessidade e responsabilidade, adquiria somente o básico e o necessário para sobrevivência.

Acredito que as experiências vividas na infância e que vem me acompanhando desde então, fizeram do meu filho, hoje um homem com trinta e três anos, totalmente responsável no trato econômico-financeiro tendo, por exemplo, adquirido o hábito de anotar em uma caderneta suas despesas mensais.

Reforça-se que não foi fácil chegar aqui, mas destaco a dedicação, equilibrando

um orçamento familiar limitadíssimo e as tomadas de decisão conscientes, o que considero passos importantes para melhoria das condições financeiras, especialmente, das classes menos favorecidas.

Tendo esta ideia, no ano de 2018, fui apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Ensino em Educação Básica (PPGEB) para cursar, como aluna especial, a disciplina isolada² “Didática da Matemática”. Posteriormente, em 2020, ingressei como aluna regular no curso de Mestrado da instituição.

A seguir, abordaremos os problemas e as perguntas motivadoras desta pesquisa.

1.2 Problema e pergunta

Segundo pesquisa do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) realizada em 2021, para uma família de quatro pessoas se manter, seria necessário o salário no valor de R\$5.375,05³; ou seja, quase cinco vezes o valor do salário-mínimo. Porém, em 2023, o valor do salário mínimo era de R\$1320,00, o que, fazendo uma equivalência, seria necessário um valor de R\$6.675,11 para essas famílias. Assim, podemos observar uma realidade na qual as famílias de classes populares são as mais impactadas no contexto econômico, se tornando vulneráveis.

Nota-se um desencontro nas políticas públicas na busca de soluções definitivas para que essas famílias realmente encontrem uma maneira, financeiramente saudável, de sustento e sobrevivência, sem recorrer a subempregos para complementar a renda.

Diante desse problema social, essa dissertação versa sobre a Educação Financeira, que hoje faz parte do Currículo das escolas de Educação Básica, principalmente nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Neste trabalho focaremos em estudantes de 8 aos 11 anos de idade, que cursam o 3º ano do primeiro ciclo de alfabetização.

²Disciplina cursada por pessoas inscritas na disciplina de mestrado, porém, não pertencem ao grupo de mestrandos, que são alunos regulares.

³Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/2021/202103cestabasica.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2022.

A presente pesquisa tem como proposta de estudo dialogar com o campo da Matemática nos anos iniciais do Ensino Fundamental, entendendo o aprendizado da disciplina com situações reais, como uma potente construção do conhecimento para o futuro.

Confesso ser frustrante, como educadora, ver alunos dos anos iniciais, principalmente, do terceiro ao quinto ano do ciclo de alfabetização com tamanha dificuldade nas disciplinas integradas, principalmente linguagem e Matemática. Fazendo uma reflexão sobre minha atuação:

Fala-se hoje, com insistência, no professor pesquisador. No meu entender o que há de pesquisador no professor não é uma qualidade ou uma forma de ser ou de atuar que se acrescente à de ensinar. Faz parte da prática docente a indagação, a busca, a pesquisa. O de que se precisa é que, em sua formação permanente, o professor se perceba e se assuma, porque professor, como pesquisador (FREIRE, 1996, p. 32).

É necessário encontrar soluções para um efetivo processo de ensinagem (EMERIQUE, 1999). Consideramos importante propor nos espaços escolares a multiplicação desses saberes através de práticas efetivas e de um currículo vivo que respeite a diversidade cultural e dialogue com a realidade dos estudantes incentivando-os na construção do conhecimento econômico-financeiro.

Desta maneira propõe-se como pergunta central: De que forma a Educação Financeira pode ser trabalhada nos anos iniciais, contribuindo no fator socioeconômico dos estudantes, para o cenário acadêmico e escolar?

A Educação Financeira tem se tornado um tema cada vez mais importante na sociedade atual, uma vez que muitas pessoas têm enfrentado dificuldades relacionadas ao controle e à gestão do dinheiro. Nesse sentido, a educação financeira escolar se apresenta como uma solução para capacitar os jovens a lidar com as finanças de forma consciente e responsável.

Na Educação Financeira Escolar não é diferente, pois busca desenvolver habilidades e competências financeiras nos estudantes, tais como o planejamento financeiro, a compreensão de conceitos básicos de economia, a importância do consumo consciente, a administração de dívidas e investimentos, entre outros temas relevantes. Além disso, a educação financeira também tem como objetivo preparar os estudantes para a vida adulta, quando terão que lidar com questões financeiras mais

complexas.

Para tanto, não deve ser vista apenas como um meio para ensinar aos estudantes como lidar com o dinheiro, mas também como uma forma de desenvolver valores e atitudes positivas relacionadas à gestão financeira. Nesse sentido, a educação financeira pode contribuir para a formação de cidadãos mais conscientes, responsáveis e críticos em relação ao consumo.

É importante destacar que a educação financeira escolar não deve se limitar a uma disciplina específica, mas sim ser abordada de forma transversal, ou seja, integrada às diversas áreas do conhecimento. Visando desenvolver habilidades financeiras nos estudantes de forma mais efetiva e abrangente, pode contribuir para a redução de problemas financeiros entre os jovens, como endividamento e falta de planejamento financeiro. Além disso, também pode estimular a economia local e a criação de negócios próprios pelos jovens, o que pode gerar impactos positivos na sociedade como um todo.

Por fim, cabe aos sistemas e redes de ensino, assim como às escolas, em suas respectivas esferas de autonomia e competência, incorporar aos currículos e às propostas pedagógicas a abordagem de temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora. Entre esses temas, destacam-se: [...] educação para o consumo, educação financeira e fiscal. [...] (BNCC, p. 18).

Destaca-se que a educação financeira escolar não é uma tarefa exclusiva da escola, mas sim de toda a sociedade. Se faz necessário que as famílias também se engajem na promoção da educação financeira dos estudantes.

1.3 Objetivos

O objetivo geral é colaborar para o cenário acadêmico e escolar com a realização de uma pesquisa bibliográfica, qualitativa, sobre Educação Financeira, em particular, a Educação Financeira Escolar e suas contribuições para a vida socioeconômica dos estudantes dos anos iniciais.

Como objetivos específicos, elenca-se:

- Mapear pesquisas que abordem a Educação Financeira.
- Verificar nas pesquisas, propostas de trabalho com a Educação Financeira.

- Elaborar sequência de atividades para o Produto Educacional.
- Elaborar o Produto Educacional.

1.4 Inserindo a temática

Serão abordados neste trabalho temas correlatos, como planejamento financeiro, planejamento de vida, gastos obrigatórios, gastos necessários e desnecessários, supérfluos, despesas fúteis, consumo, consumismo, economia, entre outras temáticas pertinentes.

Considerando todas estas questões e associando à situação econômica atual do país, mudanças positivas neste sentido devem começar na educação de crianças e jovens, para que consigam modificar a forma de lidar com dinheiro e finanças e promovam uma melhoria da situação geral da população. Com relação a isso:

O crescimento do país só pode acontecer quando os alunos recebem informações significativas quanto ao seu desenvolvimento financeiro, formação como cidadão atuante e comprometido com o desenvolvimento de sua nação, lembrando que esse futuro cidadão brasileiro poderá influenciar, de acordo com seu preparo, e muito a economia de seu país. [...] Lembrando que um cidadão que receba orientação e formação financeira, terá mecanismos suficientes para não cair no consumo excessivo, não ficará refém dos juros exorbitantes cobrados pelas instituições financeiras, podendo preparar melhor seu consumo e planejar seu futuro de forma consciente e responsável. Isso só será possível em um país com uma população menos endividada (BRASIL, 2017, p. 3).

De acordo com o Relatório de inclusão financeira (2015), a proposta da Educação Financeira nas salas de aulas no Brasil traz o propósito de estabelecer uma relação de interdisciplinaridade, não especialmente com a Matemática, mas, como um tema transversal, e não como uma disciplina.

Acredita-se que tal decisão se deva ao capitalismo predatório vivenciado na atual sociedade, no qual as taxas de inadimplência emergem em diversos setores econômicos. Para tanto, visamos que os indivíduos tenham atitudes mais conscientes em relação ao consumismo:

Tal inspiração nos faz vislumbrar e praticar uma Literacia Financeira que seja capaz de prover os indivíduos-consumidores de habilidades e competências não só de natureza Matemática, mas

cultivadas interdisciplinarmente, para lerem os cenários socioeconômicos em que se encontram inseridos e, a partir da análise crítica desses cenários, tomarem decisões que estejam alinhadas com suas formas de pensar e agir (PESSOA; MUNIZ; KISTEMANN JR., 2018, p. 5).

A crise econômica aumenta a cada dia e os mais atingidos são os das classes menos favorecidas, os que vivem à margem da sociedade. Presume-se, de acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que norteia a Educação Básica do país e que inseriu a Educação Financeira em suas orientações, que a Educação Financeira possa corroborar bastante para a inclusão social:

Atualmente, as transformações na sociedade são grandes, especialmente em razão do uso de novas tecnologias. Observamos transformações nas formas de participação dos trabalhadores nos diversos setores da produção, a diversificação das relações de trabalho, a oscilação nas taxas de ocupação, emprego e desemprego, o uso do trabalho intermitente, a desconcentração dos locais de trabalho, e o aumento global da riqueza, suas diferentes formas de concentração e distribuição, e seus efeitos sobre as desigualdades sociais. Há hoje mais espaço para o empreendedorismo individual, em todas as classes sociais, e cresce a importância da educação financeira e da compreensão do sistema monetário contemporâneo nacional e mundial, imprescindíveis para uma inserção crítica e consciente no mundo atual (BRASIL, 2017, p. 568).

Frigotto (2017) cita a regressão da sociedade no tocante a desmembração dos indivíduos, na qual os dominantes segregam os dominados. A incomplacência com o outro é notável e crescente. O autor remete os dias de hoje ao nazismo e ao fascismo. Ou seja, o disparate dessa sociedade é tamanho.

A crise na/da sociedade cabe em vários âmbitos: no social, no econômico, no político, no cultural, no educacional. “Diferente das crises precedentes, a atual é universal, [...] é global, [...] não é mais cíclica, mas contínua e cada vez mais aguda e destrutiva de direitos”. (FRIGOTTO, 2017, p. 19).

Crise que no presente se manifesta, por um lado, pela capacidade exponencial de produzir mercadorias, concentração de riqueza, de conhecimento e de poder e sua incapacidade de distribuir e de socializar a produção para o atendimento das necessidades humanas básicas; e, por outro, pelo domínio do capital financeiro especulativo que nada produz, mas que assalta, mediante a dívida pública dos Estados nacionais, os recursos que seriam destinados a assegurar direitos sociais elementares, tais como os da saúde, da

educação, de saneamento básico, habitação, transporte, cultura etc. (FRIGOTTO, 2017, p. 19).

Frigotto (2017), menciona que, irracionalmente, o poder público desloca o domínio de suas atribuições àqueles que mantêm a supremacia econômica, à classe hegemônica, às instituições financeiras.

No Brasil, a classe menos favorecida parece literalmente desassociada do mundo. A maioria sem acesso aos direitos sociais básicos, vivem à margem da sociedade sem usufruir de benefícios que são seus por direito como: moradia, saúde, educação, informações privilegiadas como, por exemplo, as econômico-financeiras. Por esse motivo, pobres ficam cada vez mais pobres e ricos ficam cada vez mais ricos.

Nota-se que a Base traz as habilidades para a inserção da Educação Financeira nas escolas, porém, ainda não se vê como esta pode ser uma prática inclusa nos planejamentos dos profissionais de educação.

Neste sentido, o Estado deve proporcionar as condições de igualdade, ao menos para que as pessoas aprendam a administrar seus ganhos. Ao professor pesquisador, cabe (re)inventar suas práticas docentes cotidianas e lançar um novo olhar para a Matemática Financeira e vê-la como uma aliada no ensino-aprendizagem da Educação Financeira; transformando a sala de aula em um ambiente propício para desenvolver o raciocínio-lógico matemático dos estudantes; por conseguinte, viabilizar a construção efetiva do conhecimento.

A escolarização ainda guarda como responsabilidade introduzir tais assuntos: a Educação Financeira e os Direitos Humanos. Assim, estudantes do Ensino Fundamental podem adquirir hábitos de poupar através de estratégias e planejamentos para suas próprias vidas e, conseqüentemente, influenciar seus familiares a evitar hábitos não-saudáveis de consumismo desenfreado.

A mudança de percepção afeta o comportamento das pessoas, com o gerenciamento de seus salários, de acordo com sua classe social e condições monetárias, favorece uma consciência crítica, desenvolvendo responsabilidades e viabilizando uma vida mais tranquila e honrosa com seus compromissos.

Desta maneira, gerando responsabilidade surte efeito para uma vida cidadã mais digna. Vê-se, então, que a prática escolar da Educação Financeira favorece a Educação em Direitos Humanos na prerrogativa da formação e inclusão social em busca de uma sociedade mais democrática, justa e igualitária. Ambas podem ser trabalhadas de forma interdisciplinar.

A problemática da Educação em Direitos Humanos é global, portanto, a inclusão unânime da sociedade para a construção de uma democracia plena, incluindo os direitos civis, políticos, sociais, culturais e ambientais é de crucial significância. De acordo com Candau (2000, p. 77), são princípios da Educação em Direitos Humanos:

Compromisso[...] dos DH visando à construção da cidadania, da paz e da justiça; [...] com a educação em DH [...] cidadania e a realização integral das pessoas; [...] dignidade de toda pessoa humana, [...] e cultura e respeito à pluralidade e à diversidade.

Baseia-se no exercício da cidadania, ciente de suas memórias vivas e descolonizadoras “nunca mais’ esquecer do direito de ir e vir, do direito de comer, de vestir, de dizer a palavra, de amar, de escolher, de estudar, de trabalhar. Do direito de crer e de não crer, do direito à segurança e à paz” (FREIRE, 2000, p. 130).

Observa-se o quanto é desafiador desenvolver o conhecimento reflexivo, considerando que o ensino da Matemática no contexto escolar, nas escolas em que trabalho, não privilegia a Educação Financeira no cotidiano dos alunos das classes populares, tornando-nos, tanto professores quanto estudantes, reféns de um currículo engessado.

O mundo gira, as mudanças são constantes, e é muito difícil acompanhá-las. O currículo escolar precisa estar lado a lado à essas metamorfoses cotidianamente.

O dilúvio informacional jamais cessará. [...] O segundo dilúvio não terá fim. [...] Não há nenhum fundo sólido sob o oceano das informações. Devemos aceitá-lo como nossa nova condição. Temos que ensinar nossos filhos a nadar, a flutuar, talvez a navegar (LÈVY, 1999, p. 14).

Sendo assim, pretende-se um currículo inovador, flexível, democrático, multicultural na contramão desse currículo tradicional, engessado e autoritário:

Precisamos pensar o currículo mais como algo que está sendo do que como algo que já foi. Essa tarefa envolve, a meu ver, buscar respostas que dêem conta da dinamicidade do currículo, das relações de hegemonia provisórias nele presentes. Entendo que isso implica pensá-lo como arena de produção cultural, para além das distinções entre produção e implementação, entre formal e vivido, entre cultura escolar e cultura da escola (MACEDO, 2006, p. 104-105).

Entende-se a dinamicidade do Currículo, proposto por Macedo (2006), como um instrumento vivo e efetivo.

Rômulo Lins (2012) me leva a (re)pensar minha prática, (re)orientando a possibilidade de mudança de percurso, construindo novas rotas, enfrentando meus monstros:

A situação é complexa, porque quem garante que o monstro exerça sua função de me impedir de entrar lá, paradoxalmente, sou eu, porque sou eu que me paraliso frente a ele, sou eu que digo a mim mesmo “não sei o que fazer”, e, aos outros “não há o que fazer” (LINS, 2012, p. 119).

O monstro citado acima refere-se à Matemática escolar. Pressuponho que o monstro referido é um desafio comum tanto ao educador quanto ao educando. Do ponto de vista do professor ele é monstruoso em relação a sua frágil formação docente, aos limites e frustrações de sua prática.

O desafio é criar situações didáticas transformando a sala de aula em um espaço vivo e real de construção do conhecimento pelo aluno. Do ponto de vista do aluno, ele causa estranhamento entre a Matemática da escola e a Matemática da rua; isso envolve a Educação Financeira:

[...] há um considerável estranhamento entre a Matemática acadêmica (oficial, da escola, formal, do matemático) e a Matemática da rua, e o problema não é apenas que a academia ignore ou desautorize a rua, mas também que a rua ignora e desautoriza a Matemática acadêmica, [...]. É bastante interessante considerar que na mochila da rua – assim como na vida cotidiana – as coisas estão (agrupadas, categorizadas) de maneira bastante diferente daquela das pastinhas disciplinares da escola (LINS, 2012, p. 103).

Em conformidade com Lins (2012), o monstro pode tornar-se de *estimação*. Algumas das soluções dadas por ele para essa transformação: “[...] buscar fazer os alunos verem “a Matemática na vida real”, “trazer a vida real para as aulas de Matemática”. [...] ligar a Matemática que se estuda nas salas de aula com a “Matemática do cotidiano”, “da vida” (LINS, 2012, p. 102).

Sendo assim, acredita-se que a Educação Econômico-Financeira será uma

grande aliada, além de subsídio nesse desafio de conceber o aluno como sujeito epistêmico, ativo no processo de construção do conhecimento financeiro rompendo as estruturas paralisantes e legitimando um efetivo fenômeno ensino aprendizagem.

É necessário lembrar que, não falamos apenas de uma Educação Financeira, mas de uma Educação Financeira escolar. Portanto, em todo esse processo, está a formação continuada do professor opondo-se ao tradicionalismo, presente, inclusive, nos livros didáticos.

A sugestão para os professores (dispostos a ensinar e aprender Educação Financeira) é repensar todo o processo e experiências vividos em sala de aula com êxito, ou não, pelos alunos, com base em uma diagnose elaborada para a turma. Muitas vezes o docente pode achar que o aluno ainda não está pronto e/ou maduro o suficiente para a compreensão do que vem sendo proposto quando se fala de Educação Financeira. É importante que se faça um exercício de vigilância didática (PAIS, 2008), no sentido de apoiar o estudante, objetivando um *feedback* para futuros acertos:

[...] O erro como dissintonia entre o ensinar do professor e o aprender do aluno. [...] por que o aluno erra? Por que o aluno não aprende? Por que o professor não encontra êxito no seu ato de ensinar? [...]. As questões ligadas ao ensino da Matemática muitas vezes desdobram explicações didático-metodológicas e de formação de professores: há que se formar o professor para um ensino mais eficiente de Matemática; há que se desenvolver novas metodologias e procedimentos didáticos (CLARETO; da SILVA, 2016, p. 929).

Para tanto, torna-se necessário um ensino inovador, desde que seja mais acolhedor e menos monstruoso, que mostre a relevância da Matemática e da Educação Financeira para toda a vida.

De certo, que há iniciativas tanto da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) quanto de instituições bancárias no intuito de auxiliar e/ou oferecer auxílio aos indivíduos em relação aos gastos excessivos/consumismo. Entretanto, tais intenções são puras, confiáveis, verdadeiras?!

Kistemann Jr. (2014, p. 3) diz que esse tipo de atitude “pode potencializar a capacidade desse indivíduo de consumir produtos financeiros”; Campos (2012), reflete sobre os reais motivos/intenções da ENEF:

Não podemos esquecer que na “sociedade de consumo” o mais

importante é que o consumidor continue consumindo. É fundamental que orientações para inserção da Educação Financeira na Educação Básica sejam analisadas com mais profundidade buscando perceber quais são seus reais objetivos. Por trás de ações que aparentemente buscam contribuir para a formação financeira dos indivíduos podem existir interesses maiores, como a busca de alternativas para que os consumidores não atinjam a inadimplência, mas continuem atendendo aos apelos do consumo e permaneçam dentro de limites aceitáveis de endividamento (CAMPOS, 2012, p. 40).

Nesse contexto, faz-se necessário uma orientação, além de profunda conscientização desses cidadãos, para que realmente adquiram uma consciência crítica e que repensem as tomadas de decisões para uma vida financeira saudável.

1.5 Justificativa

A escolha do tema deve-se a situação atual da sociedade, especialmente, a população pertencente às classes populares que, geralmente, está inadimplente, pois, a falta de Planejamento Financeiro os leva ao consumismo e ao endividamento.

Supõe-se que, ao desenvolver este tipo de temática mais cedo nas escolas públicas, essas crianças possam compreender sobre o planejamento financeiro e possam também contribuir com suas famílias, em busca de planejamento familiar para uma vida mais saudável e financeiramente equilibrada.

Deste modo, a realização do trabalho justifica-se pela importância e necessidade de problematizar e auxiliar os professores dos anos iniciais a compreender e desenvolver metodologias e atividades que considerem a Educação Financeira, contribuindo com o desenvolvimento de hábitos e pensamentos econômico-financeiros dos estudantes e transformando-os em adultos conscientes.

O interesse pelo assunto surgiu espontaneamente, com uma turma do terceiro ano do ciclo, quando um dos estudantes disse ter vendido em um ferro velho alguns materiais retirados do lixo próximo à sua casa e que o fazia com frequência.

Disse ele ter guardado o dinheiro arrecadado, emprestando-o para sua mãe comprar um botijão de gás quando esse faltou. O aluno contou o feito com bastante orgulho. Em seguida, os outros foram declarando situações parecidas ou não, mas todas relacionadas aos seus desafios financeiros pessoais.

Os relatos dos alunos despertaram um sentimento que me fez enxergar uma realidade dura e cruel; uma verdade antes não refletida no interior da sala de aula e na vida daqueles pequenos.

Para se pensar profundamente tal temática, com foco nas classes populares, requer-se um deslocamento das contradições sociais e de vulnerabilidade existentes. Para tanto, este trabalho justifica-se como reconhecimento da Educação Financeira como exercício de Direito, cidadania e produção de sentido.

Compreender as noções de Matemática-Financeira, fará parte de um exercício político, econômico e cultural, tendo em vista as transformações ocorridas diariamente na sociedade contemporânea.

1.6 Metodologia de pesquisa

A pesquisa foi realizada de forma bibliográfica, com o intuito de levantar referencial teórico, junto de autores como Pessoa (2018), Skovsmose (2014), Kistemann Jr. (2013; 2014), Campos (2012), Araújo (2010), entre outros, que trazem em suas teses, dissertações, artigos e livros, temas de Educação Financeira escolar, Educação Financeira crítica, Educação Matemática crítica, Ensino, Formação de professores etc.

Esses autores, com suas vastas experiências, dão subsídios, segurança e, ao mesmo tempo, tranquilizam para uma escrita crítica pautada em um currículo atual e efetivo que abarque a Educação Financeira.

Através da análise bibliográfica dos trabalhos encontrados na revisão, se propõe o desenvolvimento de atividades, como Produto Educacional, mas também enquanto pesquisa desta dissertação, baseados na Educação Financeira no contexto dos anos iniciais, especialmente para estudantes do 3º ano do Ciclo do Ensino Fundamental.

O intuito é desenvolver uma escrita com o propósito de uma formação sociocrítica da realidade para essa faixa etária (8 a 11 anos) – desconsiderando as problemáticas de distorções idade/série, recorrentes em muitas escolas públicas no Rio de Janeiro.

Dessa forma, de posse dos conhecimentos adquiridos, de predicados que os levem ao raciocínio lógico, com pensamentos independentes e não limitantes possam transformar tanto a sua realidade, quanto a de seus familiares.

O desdobramento da Educação Financeira escolar dentro de uma perspectiva interdisciplinar, segundo orientações e proposta da BNCC, porém de forma crítica como sugere, por exemplo, Kistemann Jr. (2014), é o que se pretende nessa pesquisa juntamente com uma Educação Matemática também crítica, na visão de Skovsmose (2014), visando a construção da autonomia do aluno; pois, “se acredita que a criticidade é o caminho para uma Educação Financeira que busque conscientizar, levando os cidadãos a tomar decisões conscientes diante dos apelos consumistas e da influência da mídia” (SANTOS; PESSOA, 2019, p. 132).

A respeito da relação entre a educação financeira e a matemática crítica:

A educação financeira, da forma como a concebemos e praticamos, se alinha aos pressupostos da educação Matemática crítica, considerando que a *Matemática em ação* nas situações de consumo deva ser alvo de reflexão, no sentido de desvelar a *ideologia da certeza Matemática* que pode estar aí camuflada, servindo a interesses de grupos políticos e econômicos. Não vislumbramos espaço para essa concepção educacional no *paradigma do exercício*, visto que esse modelo didático é solo fértil para a *ideologia da certeza* (KISTEMANN JR.; CANEDO; BRITTO; 2014, p. 7).

Então, tem-se a possibilidade de trabalhar a Educação Financeira escolar aliada a matemática de forma dinâmica, considerando o contexto social e cultural dos alunos e a situação econômica brasileira de forma geral. É preciso contextualizar, o ensino se torna eficiente quando é possível que o aluno entenda o que está sendo discutido na sala de aula e consiga aplicar estes conhecimentos em seu dia a dia.

Assim, conforme o objetivo do trabalho, o intuito é apresentar e realizar um debate com base nos diferentes autores que discutem a temática, fazendo um apanhado sobre o tema proposto, evidenciando a Educação Financeira Escolar como uma ferramenta para desenvolvimento dos estudantes, e potencializar a sua inserção em discussões e reflexões no âmbito econômico-financeiro, na busca de uma vida digna, equilibrada e de inclusão social.

1.7 Produto educacional

Como Produto Educacional (PE), foi feita a confecção de uma cartilha, intitulada “Cartilha de Educação Financeira Escolar: histórias para crianças” que versa sobre a Educação Financeira das/para as crianças e também uma destinada aos professores como um pequeno Manual para utilização da cartilha voltada para os alunos em suas aulas intitulada “Cartilha de apoio aos docentes”.

A escolha pela confecção de um PE voltado para crianças de terceiro ano (8 a 11 anos) do ciclo do Ensino Fundamental foi feita segundo alguns critérios: a maturação da criança e por ela compreender a reversibilidade, conforme Piaget (1989); a experiência da pesquisadora dando aulas para esta faixa etária; a percepção da necessidade de lidar com o dinheiro com mais conhecimento e responsabilidade por parte desses estudantes.

O objetivo da produção destes Produtos Educacionais foi propiciar ideias que contribuam, desmistifiquem e desafiem professores e estudantes nesta temática, que é considerado por muitos (as) profissionais da educação um desafio pedagógico. Almeja-se que o material produzido abranja tanto as crianças quanto os seus familiares, através da interação deles.

Para Santos; Pessoa (2020), O “MANUAL DO PROFESSOR” é um instrumento de trabalho bastante valioso para a orientação docente, é “de fato, um norte e primordial para o desenvolvimento da atividade. Tais atividades, bem como a boa formação do professor, são fundamentais para que haja uma discussão, em sala de aula, sobre a Educação Financeira.

Sendo assim, a confecção do Produto Educacional visou orientar /apresentar o docente em relação, primeiramente, à temática Educação Financeira, em especial a Educação Financeira Escolar que é recente e, por esse motivo, não é comum nas escolas, principalmente, nas públicas. E, depois, subsidiar o docente nas atividades propostas no PE - Cartilha para os alunos.

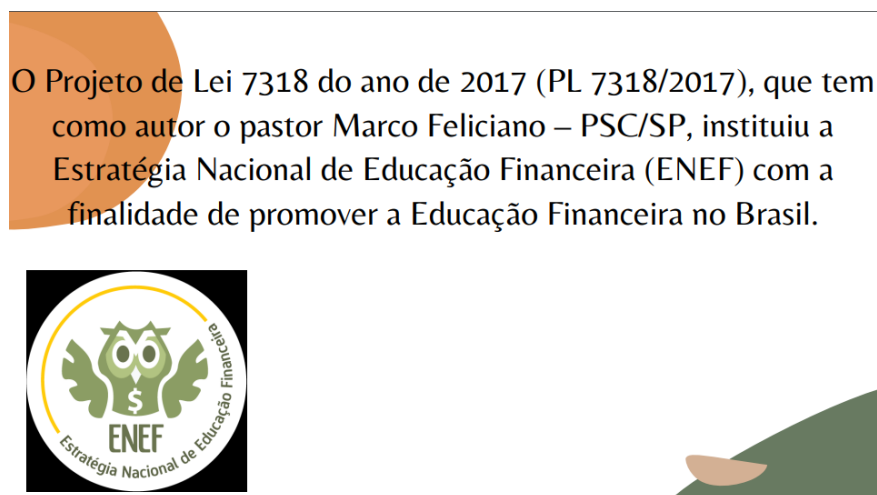
Em consenso com as autoras Santos; Pessoa (2020), propõe-se que o Manual do Docente seja um subsídio e aliado para orientação dos professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental. A perspectiva é que dê base para levantamento de questões, discussões e reflexões econômico-financeiros para efetivas tomadas de decisão no contexto da sala de aula criando um verdadeiro ambiente de Educação Financeira.

Seguem algumas imagens do produto destinadas aos discentes (Figuras 1 e 2):

Os produtos serão disponibilizados gratuitamente em formato de e-book, na página do Programa Pós-Graduação em Educação Básica (PPGEB), do CAP-UERJ, assim como na Plataforma EDUCAPES.

Nas Figuras 3 e 4, trazemos também algumas imagens do produto destinado aos professores, como manual e apoio pedagógico.

Figura 3: Página da cartilha



Fonte: da autora.

Figura 4: Página de explicação de atividade

Situação 1

João e Carlos precisam comprar cada um uma bicicleta para irem à escola diariamente, pois moram distantes da escola e, após, irem para o clubinho de futebol.

A mãe de João trabalha de diarista fazendo faxina, porém, seu pai, encontra-se desempregado. Ele tem mais dois irmãos. Os pais de Carlos trabalham. A mãe também é diarista e, seu pai, funcionário público; trabalha como inspetor escolar.

Fonte: da autora.

Ambos os produtos educacionais desenvolvidos são instrumentos elaborados como requisito do mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação na Educação Básica - PPGEB.

2. REVISÃO DE LITERATURA

Uma revisão de literatura é uma análise sistemática e crítica de trabalhos publicados em uma determinada área de estudo. Geralmente, a revisão de literatura é realizada como parte de um estudo de pesquisa, com o objetivo de reunir e sintetizar informações já publicadas sobre o tema de interesse. Dessa forma, a revisão de literatura pode ajudar a identificar lacunas na pesquisa existente e direcionar a investigação futura.

Como tema de interesse, propõe-se a reflexão sobre a inserção da Educação Financeira no cotidiano das crianças do 3º ano do ciclo - Ensino Fundamental nas redes públicas de ensino em que atuo como professora dos anos iniciais.

É importante que o professor considere os conhecimentos prévios dos alunos, além do conhecimento teórico-matemático trabalhado nestes anos de escolarização, sabendo do seu conceito para a compreensão do tema proposto.

Sabe-se atualmente da importância do planejamento em tudo e para todos, em qualquer área. Planeja-se a rotina diária, pois, são muitos os afazeres e é necessário tempo para todos eles; planeja-se no trabalho, em casa, um passeio, uma festa, enfim, em tudo e para tudo é necessário ter planejamento. “Planejar, na perspectiva ampla, é um procedimento que visa dar respostas aos problemas e, ao mesmo tempo, apontar soluções para que os objetivos previstos sejam concretizados” (FONSECA, 2017, p. 39).

O planejamento financeiro pode ser um grande aliado na vida cotidiana e futura de qualquer cidadão. É essencial ter saúde e vida saudável, tanto física quanto financeiramente, tanto para a classe alta quanto para as classes menos favorecidas. Porém, essa pesquisa vem ressaltar primordialmente, a Educação Financeira para essa última.

Vislumbramos a importância de entrelaçar a Educação Financeira no cotidiano das crianças do terceiro ano do ciclo de alfabetização, trazendo uma nova forma de pensar o contexto socioeconômico das/nas classes populares, estimulando essas crianças a contribuírem nas decisões financeiras de suas famílias.

A crise que se abateu contra a população, desde o início do ano de 2020, devido à Pandemia, trouxe mudanças enérgicas para muitas pessoas, grupos e setores. A COVID-19, tem sido o mal do século para todo o mundo, além de espalhar tristeza e desequilíbrio na vida daqueles que ainda resistem.

É incrível o quanto passamos a “ver” coisas que não “enxergávamos”; apesar de estarem geralmente, perto de nós. O distanciamento repentino nos privou de tantas pessoas e coisas que nos deixou sem rumo e, para alguns, até sem expectativas. No universo escolar não foi diferente, principalmente, para os estudantes.

Esse setor da sociedade sofreu uma grande defasagem no que se refere aos estudos, à aprendizagem. Os estudantes, em geral, de todas as esferas, vêm sofrendo prejuízo em suas vidas; não somente a estudantil, mas a social, a psicológica, e alguns até na vida financeira.

Na academia, nós mestrandos, também sofreremos esses e outros males. Além dos transtornos, o percurso do projeto desta pesquisa que já estava acontecendo, teve de ser revisto, redesenhado, replanejado.

Meu projeto trazia o jogo/lúdico como coadjuvante no ensino da Educação Financeira para crianças do terceiro ano do Ensino Fundamental. O livro de Huizinga (2019) - O jogo como elemento da cultura - entre outros, dava o embasamento para o jogo e a ludicidade como coadjuvantes essenciais no ensino aprendizagem em geral; além de elemento de lazer, diversão, distração e descompressão na vida pessoal da população.

Porém, as possibilidades de trabalho com os estudantes de forma presencial, necessária para a continuidade do projeto, foram descartadas; sendo mantido apenas o tema principal que, desde o início era a Educação Financeira escolar.

A Educação Financeira nas escolas é um Projeto novo aqui no Brasil. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB-9.394/96) - Art. 2º, artigos 26, 32 e 36, decreta a mesma como disciplina do currículo das escolas, através do projeto de lei nº 7318, de 2017 – PL-7318/2017:

Art.26:§ 11: Os currículos do ensino fundamental e médio devem abranger, obrigatoriamente, a matéria ‘Educação Financeira’.

§ 12 A disciplina prevista no § 11 deverá ser ministrada obrigatoriamente por profissional de contabilidade com inscrição principal ou suplementar ativa no Conselho Regional de Contabilidade do Estado onde está localizada a escola, podendo inclusive, ser ministrada por técnicos em contabilidade, desde que tenham mais de 5 anos de inscrição ativa no conselho profissional, comprovada prática profissional na função.

Art.32 (...): V – A compreensão dos princípios básicos de economia por meio da ‘Educação Financeira’.

Art.36 (...): VI – Será incluída a ‘Educação Financeira’ como instrumento de compreensão dos princípios básicos de economia (PL-7318/2017, 2017, p. 3).

A PL-7318/2017 justifica-se pelo dever das esferas públicas em amparar os cidadãos, influenciando-os a planejamentos e consumos com comprometimento e consciência, resguardando-os e contribuindo para a economia do país.

Não se pode negar que o crescimento da economia é oriundo do advento tecnológico, das inovações. É inegável também que esse é um acontecimento que não tem volta, ou seja, a tendência é de crescimento.

Os empréstimos, seguros, produtos financeiros ou não, continuam sendo oferecidos e vendidos. Infelizmente há uma grande parcela da população que necessita usufruir dessas ofertas. É evidente que muitos adquirem sem necessidade e é aí que começa o nó: o endividamento, a inadimplência.

A falta de planejamento, principalmente a longo prazo, é um dos fenômenos mais preocupantes para tais aumentos:

Lembrando que um cidadão que receba orientação e formação financeira, terá mecanismos suficientes para não cair no consumo excessivo, não ficará refém dos juros exorbitantes cobrados pelas instituições financeiras, podendo preparar melhor seu consumo e planejar seu futuro de forma consciente e responsável. Isso só será possível em um país com uma população menos endividada (PL-7318/2017, 2017, p. 3).

2.1 Condução da revisão

Iniciei o desenvolvimento desse embasamento teórico durante as disciplinas cursadas antes do ingresso efetivo no mestrado, através das orientações que tive e apresentações a vários autores; alguns que, possivelmente, fariam parte dessa biblioteca referencial.

Entre eles, por exemplo, Skovsmose (2014); Kistemann Jr. (2014) que trazem a Matemática Crítica e as decisões conscientes dos indivíduos. Sendo assim, uma das estratégias utilizadas para essa seleção foi realizada, no início, manualmente; inclusive com visitas a sites, periódicos etc.

Em relação à busca sistemática, realizou-se no Portal de Periódicos da CAPES com as seguintes palavras-chave separadas por ponto e vírgula: “educação financeira escolar”; Matemática crítica; ensino fundamental; anos iniciais. Apenas a primeira “educação financeira escolar”, foi colocada entre aspas.

Com os termos ditos acima, retornaram 15 resultados com “data de criação” compreendida entre 2011 e 2021. Em relação à “Coleção”, ou seja, Plataformas que contribuíram com esse número de resultados estavam: Latindex; ROAD: Directory of Open Access Scholarly Resources; DOAJ: Directory of Open Access Journals; Scielo Brasil e Freely Accessible Journals.

Como a quantidade de resultados não foi expressiva, decidi filtrar também manualmente, através da leitura dos títulos e resumos dos artigos, ou seja, a busca foi realizada de forma sistemática e não sistemática.

As palavras-chave inseridas na busca estão nos títulos e/ou nos resumos dos artigos selecionados. Porém, pretendem-se incluir, ao longo da pesquisa, outros trabalhos tomando como base as leituras feitas nas disciplinas isoladas, feitas antes do ingresso no mestrado, além das que foram feitas no decorrer do curso.

2.2 Seleção do material

Após o refino, leitura e análise dos referidos artigos, resultaram um total de 5 (cinco). Vimos que a pesquisa realizada com as palavras-chave em questão, trouxe um número nada expressivo de resultados.

Foi possível perceber que os artigos que darão base a essa pesquisa são de cunho bastante recente e, acredita-se que o motivo seja o curto tempo de existência da Educação Financeira como tema interdisciplinar nas escolas. A pesquisa é respaldada em material coletado das plataformas online Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BNTD) e o Google Acadêmico.

2.2.1 Artigos selecionados

- Educação Financeira No Ensino Médio: uma Experiência Sob o Olhar da Matemática Crítica
- Educação Financeira no Ensino Médio: uma análise de atividades didáticas relacionadas a séries periódicas uniformes sob o ponto de vista da Educação Matemática Crítica
- Temáticas de educação financeira escolar nos anos iniciais do ensino fundamental: como são apresentadas em livros didáticos de Matemática?

- Desvelando Diálogos Entre Educação Financeira e Educação Matemática Crítica: uma Pesquisa Envolvendo Dissertações de Mestrados Profissionais
- Atividades de Educação Financeira a partir da perspectiva dos Ambientes de Aprendizagem de Skovsmose.

Inferimos abaixo, conforme quadro 1, a descrição formal de cada artigo:

Quadro1- Resumo dos artigos selecionados

<i>NOME</i>	<i>AUTORES (AS)</i>	<i>PUBLICAÇÃO</i>	<i>APRESENTAÇÃO</i>
Educação Financeira No Ensino Médio: uma Experiência Sob o Olhar da Matemática Crítica	Andrei Luís Berres Hartmann; Carmen Reisdorfer; Inês Farias Ferreira; Rita de Cássia Pistóia Mariani	Jornal Internacional de Estudos em Educação Matemática , v. 12, n. 2, p. 154-163, 2019.	Os autores focam o tema no Ensino Médio, mas salientam a necessidade da Educação Financeira em todas as etapas da Educação Básica, ou seja, na Educação Infantil e Ensino Fundamental. Apresenta a sugestão pela BNCC da Educação Financeira como tema transversal, que permeia todas as outras áreas do conhecimento e não como uma disciplina; assim como a Matemática crítica na perspectiva de Skovsmose tendo a reflexão dos alunos como efetiva aliada.
Educação Financeira no Ensino Médio: uma análise de atividades didáticas relacionadas a séries periódicas uniformes sob o ponto de vista da Educação Matemática Crítica	Andrei Luís Berres Hartmann; Rita de Cássia Pistóia Mariani; Marcus Vinicius Maltempi	Bolema: Boletim de Educação Matemática , v. 35, p. 567-587, 2021.	A Educação Financeira, Educação Financeira Escolar e a Educação Matemática Crítica aliadas, sustentando teoricamente as tomadas de decisões em atividades que envolvam situações econômico-financeiras. A “matemacia” de Skovsmose (literacia Matemática) é explorada, assim como os cenários de investigação no ensejo de um ambiente crítico da/na realidade dos estudantes.

<p>Temáticas de educação financeira escolar nos anos iniciais do ensino fundamental: como são apresentadas em livros didáticos de Matemática?</p>	<p>Laís Thalita Bezerra dos Santos; Cristiane Azevêdo dos Santos Pessoa</p>	<p>Revista de Educação em Ciência e Tecnologia, v. 13, n. 2, p. 191-213, 2020.</p>	<p>Através dos livros didáticos aprovados pelo PNLD (Programa Nacional do Livro Didático) de 2016, Santos e Pessoa intencionaram identificar e discutir as atividades inseridas nos mesmos, do Ensino Fundamental, ou seja, do 1º ao 5º ano. O objetivo era saber se tais atividades atendiam as perspectivas essenciais a uma Educação Financeira Escolar; como por exemplo, concepções Matemáticas, tomadas de decisões, possíveis discussões e reflexões econômico-financeiras. Tais interesses envolviam tanto o livro do aluno quanto o manual do professor.</p>
<p>Desvelando Diálogos Entre Educação Financeira e Educação Matemática Crítica: uma Pesquisa Envolvendo Dissertações de Mestrados Profissionais</p>	<p>Samuel Alves de Assis; Edmilson Minoru Torisu</p>	<p>Jornal Internacional de Estudos em Educação Matemática, v. 14, n. 2, p. 212-221, 2021.</p>	<p>Os autores reiteram sobre a Educação Financeira não ser uma disciplina e não ser necessária a sua inclusão apenas na disciplina de Matemática, mas por todas as áreas do currículo. Porém afirmam que a coparticipação da Matemática e/ou os conhecimentos matemáticos são imprescindíveis para o alcance dos objetivos da Educação Financeira. Por esse motivo, a importância do diálogo envolvendo ambas.</p>
<p>Atividades de Educação Financeira a partir da perspectiva dos ambientes de Aprendizagem de</p>	<p>Laís Thalita Bezerra dos Santos; Cristiane Azevêdo dos Santos Pessoa</p>	<p>Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação</p>	<p>Santos e Pessoa (2019), tem interesse nas atividades pertinentes a EFE (Educação Financeira Escolar) presentes nos livros didáticos, se</p>

Skovsmose		Matemática, v. 21, n. 2, 2019.	<p>realmente remetem e/ou evidenciam o que é proposto e se são eficazes.</p> <p>As autoras especificam Educação Financeira trabalhada nas escolas como EFE (Educação Financeira Escolar), diferenciando da “simples” (EF) Educação Financeira.</p>
------------------	--	--------------------------------	--

Fonte: Organizado pela autora.

Conforme visto, todos os trabalhos selecionados tratam com ênfase a necessidade de inserção da Educação Financeira no ensino, em todas as etapas da educação, de formas diferentes e coerentes com a faixa etária dos alunos e os conteúdos que eles aprendem ao longo dos anos.

De acordo com Hartmann, Reisdorfer e Mariani (2019), por exemplo, a Educação Financeira é uma temática que permeia todas as outras áreas de conhecimento, então é possível trabalhar temas relacionados em diversas oportunidades com um olhar multidisciplinar.

Além disso, é mencionada a interdisciplinaridade das próprias matérias relacionadas como a educação financeira e a matemática crítica, sendo possível trabalhar ambas em conjunto ao discorrer e inserir estes conteúdos nas salas de aula conforme os mesmos autores, em obra mais recente de 2021.

Em concordância, a obra de Assis e Torisu (2021) se desenvolve sobre uma reflexão acerca da necessidade de incluir a Educação Financeira em outras áreas curriculares e não somente a matemática, afinal, busca-se uma inserção dinâmica destes conteúdos que poderão ser aprendidos pelos alunos e relacionados com práticas em várias áreas e momentos do cotidiano.

Os autores analisaram as possibilidades de a Educação Financeira ser um tema de crucial importância em questionamentos dentro e fora do cenário acadêmico. Para os autores, a Educação Financeira tida como política pública não se limita a ações governamentais, mas um interesse público e coletivo. A educação Financeira Escolar, como eles preferem nomear, é um tema favorável e valioso dentro das salas de aula de Matemática para os alunos; pois propiciam reflexões e tomadas de decisões com um professor mediador e comprometido, sendo a zona de risco o seu espaço favorito.

Sendo assim, propõem que o desenvolvimento da criticidade pode levar à formação cidadã do indivíduo.

Os autores reconhecem a dialogicidade entre a Educação Financeira e a Educação Matemática Crítica. E que, os desdobramentos da Educação Financeira na Matemática, possuem perspectivas construtivas em vias de uma população engajada em planejamentos financeiros, conscientes e responsáveis nos momentos oportunos de tomadas de decisões assertivas, nos quais o bem-estar social e financeiro serão respostas para uma vida saudável.

Assim como Assis e Torisu (2021), Hartmann, Mariani e Maltempi (2021) também querem identificar ações de tomadas de decisão em atividades de Matemática Financeira com desdobramento em Educação Financeira. Os autores também propõem a dialogicidade entre a Educação Financeira, a Educação Financeira Escolar e Educação Matemática Crítica.

A Educação Financeira é um tema intrínseco e de destaque nas principais referências como a ENEF, BNCC, OCDE etc.

Assim como Santos e Pessoa (2020) e Muniz e Jurkiewicz (2016), Hartmann, Mariani e Maltempi (2021) consideram a EFE (Educação Financeira Escolar) como sendo voltada especificamente para o ambiente escolar, por esse motivo, não utilizam o termo EF (Educação Financeira) quando em referência à escola. Observam ainda que aspectos matemáticos e não matemáticos também despertam reflexões sobre o uso devido do dinheiro no processo de ensino aprendizagem sobre finanças e economia.

Já as obras de Santos e Pessoa (2019; 2020) remetem a um questionamento sobre a aplicação destes conhecimentos em sala de aula, se os materiais realmente são eficientes ao fornecer subsídio para a atuação dos professores no processo educativo em Educação Financeira. A análise desses materiais didáticos e as atividades propostas por eles, visando identificar se realmente são coerentes com os objetivos e o desenvolvimento de reflexões e discussões no âmbito econômico-financeiro é fundamental.

2.3 Referenciais teóricos

Nos capítulos 3 a 5 definidos como o “corpo” do trabalho, serão apresentadas discussões a partir da leitura dos textos selecionados e de outros textos pertinentes à temática. Serão abordadas as principais ideias dos autores e confrontadas com outros

autores, visando proporcionar uma reflexão a partir do que se tem na literatura científica a respeito da temática da Educação Financeira Escolar. E, finalmente, no capítulo 6 há uma análise dos trabalhos selecionados e como estes auxiliaram a pesquisa.

O intuito é apresentar uma discussão com base em uma postura questionadora, que busca descobrir a realidade; o desenvolvimento do referencial teórico é uma prática de constante busca, sendo uma atividade de aproximação sucessiva da realidade e a combinação de teoria e dados.

O referencial teórico se apresenta como uma etapa essencial na estruturação de qualquer tipo de trabalho científico, sendo responsável por moldar o restante do trabalho; a pesquisa se realiza conforme o que se expõe nesta etapa. Assim traremos autores que dialoguem com a temática apresentada, visando atender aos objetivos específicos e, conseqüentemente, ao objetivo principal exposto.

3. EDUCAÇÃO FINANCEIRA ESCOLAR

A Educação Financeira Escolar é uma iniciativa que tem ganhado cada vez mais espaço nas escolas brasileiras, com o objetivo de conscientizar os estudantes sobre a importância do planejamento financeiro e da gestão responsável do dinheiro. A Educação Financeira é uma habilidade essencial que pode ajudar a garantir um futuro financeiro mais estável para os estudantes.

Santos; Pessoa (2020) acreditam que o termo EFE (Educação Financeira Escolar), diferenciando da “simples” EF (Educação Financeira), seja mais específico e mais esclarecedor aos docentes para que o foco das atividades seja, realmente, mais diretivo à classe.

A Educação Financeira Escolar não é apenas sobre ensinar conceitos financeiros, mas também sobre estimular comportamentos financeiros saudáveis. Isso inclui a promoção do consumo consciente, o desenvolvimento de habilidades de orçamento e economia, a compreensão de conceitos de empreendedorismo e investimentos, entre outros temas relacionados à gestão financeira.

A falta de conhecimento financeiro pode levar a decisões financeiras equivocadas, como o acúmulo de dívidas ou, até mesmo, a falência de pequenos negócios.

Uma das principais vantagens da educação financeira escolar é que ela ajuda os estudantes a desenvolverem habilidades que podem ser necessárias não apenas na vida adulta, mas na infância e na juventude. Por exemplo, ao aprenderem sobre investimentos, os estudantes podem começar a investir em pequenos projetos, estimulando a criação de novos negócios e incentivando a economia local.

Ao aprenderem sobre conceitos financeiros e sobre a importância do consumo consciente, os estudantes podem se tornar mais engajados socialmente e desenvolverem um senso de responsabilidade em relação ao uso do dinheiro. Ao desenvolverem habilidades financeiras, os estudantes podem se tornar mais independentes financeiramente, reduzindo a dependência de programas sociais e contribuindo para a sua própria emancipação econômica.

Dessa forma, é possível desenvolver habilidades financeiras nos estudantes de forma mais abrangente e efetiva, contribuindo para a sua formação como cidadãos conscientes e responsáveis.

Compreendemos que a Educação Financeira Escolar está conectada à Matemática; porém, não prioritariamente. Sabe-se que o conceito da Matemática Financeira é necessário para o desenvolvimento da Educação Financeira Escolar, mas não se limita a ela.

É possível um encadeamento de ideias quando Silva Pessoa, Silva e Silva (2022) relatam que, nesse contexto, a matemática desacompanhada da Educação Financeira não abarca o desígnio proposto. Propõe-se que essa ação caracteriza uma reciprocidade. Sabe-se que a Educação Financeira não é uma matéria, uma disciplina do currículo, mas um novo Tema Transversal para compor os PCN's (Parâmetros Curriculares Nacionais); portanto, transpassar todas as disciplinas do currículo é a ideia principal da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Dessa forma, para resoluções de situações-problemas econômico-financeiras, faz-se necessária uma reflexão com a cumplicidade entre a Educação Financeira e a matemática.

A Educação Financeira vem tomando espaço no interior das escolas e através de professores comprometidos com a Educação; engajados com o dever de uma formação continuada.

Esse tema de importância mundial, no Brasil desde a ENEF (2010) vem se consolidando como o mote que a sociedade precisava para se equilibrar financeiramente. Visto que,

Diante da importância da temática, as iniciativas de Educação Financeira têm crescido em nível mundial (OECD, 2005). No Brasil há um crescimento de iniciativas voltadas para a Educação Básica, desde orientações nos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs (BRASIL, 1997), a ações governamentais, tais como o Programa Educação Financeira nas Escolas (BRASIL, 2014), integrante da ENEF, e mais recentemente as novas orientações da BNCC já mencionada anteriormente (SANTANA; MUNIZ; REIS, 2018, apud DA SILVA et al., 2022, p. 20).

É certo que as investidas de Educação Financeira desde o âmbito escolar, são premissas de melhorias no futuro dos cidadãos no que tange às suas verdades sociais e econômicas. A criança, o adolescente ou o adulto são seres passíveis de grande inteligência e capacidade de aprendizagem e, por esse motivo, de modificarem seus hábitos. É possível que passem de maus à bons gestores de suas finanças e economias e que compreendam que um ser que consome não necessariamente é ou deve ser um

consumista.

A Educação Financeira veio para transformar o indivíduo e, conseqüentemente, a sociedade na qual vive. Lembrando que a escola é o espaço crucial de construção do conhecimento e desenvolvimento de habilidades. Sendo assim,

(...) iniciativas de Educação Financeira precisam estar de acordo com políticas públicas que se preocupem com os problemas socioeconômicos que estão sendo enfrentados, pensando também na inclusão de todos os segmentos da sociedade, em especial a escola, que é um ambiente de construção de conhecimentos e vivência de cidadania. Para isso, de acordo com a autora, é preciso trabalhar a EF de forma interdisciplinar, envolvendo a compreensão de habilidades e conhecimentos que possibilitem discutir questões acerca de consumo, ética, influência da mídia, sustentabilidade entre outros. (DA SILVA et al., 2022, p. 20).

É importante ressaltar que vários são os setores envolvidos na aprendizagem da Educação Financeira Escolar. O consumismo exacerbado impacta no meio ambiente também. É nesse propósito que se almeja uma Educação Financeira que atenda a todos os setores da sociedade e que seja a escola a precursora desse tema tão relevante, interessante a todos os níveis etários. Quando se adquire mais, se descarta mais. O consumismo desenfreado faz com que o consumidor adquira produtos anunciados e incentivados pela mídia, mas que não são necessários em certos momentos.

Nos dias atuais, troca-se um celular em boas condições de uso - praticamente novo - por outro com um tamanho um pouquinho maior e/ou com um número de câmeras a mais – às vezes apenas a mais. Muitas vezes, o novo não substitui o “velho” em requisitos realmente importantes, como por exemplo, o tamanho da memória, velocidade, a perfeição e nitidez de fotos, tempo de gravação de vídeos, qualidade material etc. Com isso, descarta-se capas, carregadores, celular, cabos etc. Adquire-se novas capas, carregadores, fones de ouvido, ou seja, novos acessórios para acompanhar o novo aparelho sem sequer lembrarem-se que há algo chamado “sustentabilidade”. Além do impacto ao meio ambiente, há o impacto financeiro negativo.

Pressupõe-se que uma leitura crítica das situações em geral que acontecem com os indivíduos, no âmbito econômico-financeiro, faz-se necessário o apontamento das noções básicas ao menos de economia, finanças pessoais, individuais e coletivas,

se tratando de família e sociedade. As tomadas de decisões conscientes após intensa reflexão é o que se espera do cidadão no uso do dinheiro.

Os autores Da Silva et al. (2022), relatam sobre o ímpeto dos jovens em suas tomadas de decisões sem compreenderem suas escolhas, o que pode levá-los a ciladas econômico-financeiras. É imprescindível o uso cognitivo para decisões racionais levando em conta o contexto e as especificidades do ambiente e evitar assim tais armadilhas.

As autoras enfatizam a necessidade da formação e/ou atualização dos profissionais da Educação em relação a essa temática para contribuírem criticamente de maneira incisiva e criativa. Os Ambientes de Educação Financeira Escolar (AEFE), de Muniz; Jurkiewicz (2016) são importantes pilares para que esses profissionais se apoiem e estimulem o pensamento crítico dos estudantes; sendo assim:

O autor defende que por meio desses princípios, a EFE pode auxiliar na reflexão e formação matemática dos estudantes, por meio de diferentes olhares, podendo estimular o pensamento através de suas próprias ações diante de situações que envolvam poupança, financiamento e investimento (DA SILVA et al., 2022, p. 23).

Presume-se que uma das finalidades da Educação Financeira (EF) é, no geral, a inclusão social da população e, prioritariamente, a população escolar. “Inclusão” tem sido um dos pilares no mundo para vários quesitos da/na sociedade. Sendo assim, com o quesito econômico-financeiro-social e cultural não tem sido diferente. Percebe-se a prioridade desse tema no mundo e, não é difícil entender a sua máxima e verdadeira primazia diante do cenário da Educação Financeira atualmente.

Instituições financeiras como o Banco do Brasil (BCB), Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Superintendência de seguros privados (SUSEP), Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), Ministério da Educação (MEC) etc., são apenas algumas das instituições que aprovaram, apoiam e colaboram para que a Educação Financeira (EF) se estabeleça como tema de máxima notoriedade no mundo e, particularmente no Brasil. Ações elaboradas por esses e outros órgãos públicos e privados estimulam profissionais e famílias no controle de suas finanças a fim de agirem conscientemente nas compras e aquisições de produtos e bens necessários e não supérfluos, para que haja manutenção de sua saúde econômico-financeira-social, cultural e mental; preservação do meio ambiente gerando economia e desenvolvimento sustentável.

Em suma, estudantes mais esclarecidos quanto a questões que envolvam o dinheiro como: investimentos, poupança, finanças, ofertas, consumo etc., estarão mais notoriamente críticos, orientados, preparados para enfrentar situações econômico-financeiras no dia a dia e tomar decisões conscientes e mais assertivas, enfim, com uma formação que baste no mínimo para não caírem em armadilhas econômico-financeiras de instituições nem tão bem-intencionadas em relação a produtos financeiros oferecidos. Uma geração passível de se cuidar sozinha e passarem para as gerações futuras seus conhecimentos e ensinamentos, seguros e amparados sobre questões de uma Educação Financeira, que prepara para vida atual e vindoura em sociedade, dentro dos ambientes escolares. São imprescindíveis novos desafios de tomadas de decisões assertivas a cada realidade apresentada.

3.1 A educação financeira no Brasil

A Educação Financeira ainda não é bem difundida no Brasil, ainda há lacunas. A inadimplência financeira cresce e as pessoas não possuem habilidades necessárias para gerirem seus bens e, com isso, não fazem planos nem ao menos para suas aposentadorias.

Pouca atenção tem sido dada à transmissão dos conhecimentos necessários para que o cidadão aja no contexto social em que se vê inserido. As crianças brasileiras que têm a oportunidade de ir à escola, estudam História, Geografia, Português, Matemática, Química, entretanto não tomam conhecimento da importância de saber o que fazer com o dinheiro que irão conquistar ou qual a maneira correta para administrar o patrimônio que há de ser construído. Essas crianças tomam-se médicos, jogadores de futebol, políticos, comerciantes, prestadores de serviços em geral. Muitos deles têm excelentes oportunidades, porém, os números apresentam índice alto de descontrole financeiro, uma população majoritariamente endividada, em boa parte gastando muito além do que possuem. (MEDEIROS; MEDEIROS, 2021, p. 2).

Medeiros e Medeiros (2021) salientam a falta de conhecimentos financeiros inclusive dos governantes que não possuem habilidades financeiras. Para Medeiros e Medeiros (2021, p. 3): "Por consequência toda a economia é afetada, os agentes políticos não possuem habilidades suficientes para gerir seus próprios bens, como irão gerir o bem público? Se nunca foram ensinados o bê-á-bá da educação financeira?"

Faz-se necessário a mudança de hábitos financeiros. Para que o cidadão se veja

inserido no contexto em que vive e aja sobre ele, é fundamental mais atenção aos conhecimentos financeiros emitidos. A falta de Educação Financeira é um problema que impacta a sociedade como um todo.

É importante ver a Educação Financeira como um instrumento de uso em situações cotidianas e não apenas em momentos substanciais como investimentos etc. Por esse motivo, a Educação Financeira exercida desde a infância é um fator valioso visto que, desde criança vivesse-a.

A Educação Financeira é imprescindível para o desenvolvimento socioeconômico financeiro do país. Indivíduos financeiramente educados, provavelmente, contribuirão para o crescimento financeiro de seu país. Principalmente ao saberem lidar com o dinheiro, gerindo melhor seus salários e, conseqüentemente, gerando menos dívidas. Dessa forma,

A chave é trazer à tona a consciência a respeito da relevância do tema. Apesar da crise encontrada e da situação financeira caótica da nação, ainda é pouco difundida a importância de aprender sobre o próprio dinheiro. A luta é pela disseminação da ideia de que, ainda que a atual geração de brasileiros esteja despreparada para esse tipo de situação, as crianças representam o futuro, e nelas está a oportunidade de mudança de cenário. (MEDEIROS, MEDEIROS, 2021, p. 3).

Araújo e Calife (2014) citam o caminho reverso da Educação Financeira no Brasil que, antes, era sinônimo de investimento e, hoje, recurso para a prosperidade.

Para governo e sociedade, aliás, somente os elitistas, a Educação Financeira era voltada para especialistas da área econômica que instruíam com enfoque na compra de títulos bancários entre outros que restituíam múltiplas vezes o dinheiro investido e preservavam o status quo da classe dominante. Enquanto isso, brasileiros das classes menos favorecidas ficavam à margem da situação privilegiada dos demais; pois,

Altos índices de inflação, associados a baixa bancarização, crédito escasso e pouco acesso à informação desenhavam um cenário em que o brasileiro médio não conseguia planejar sua vida financeira, nem a curto ou a longo prazo. Na verdade, mal via a cor de seu dinheiro, que circulava rapidamente na troca por produtos necessários para o dia a dia das famílias a fim de evitar a inevitável perda do seu poder de compra. Qualquer planejamento era praticamente impossível (ARAÚJO; CALIFE, 2014, p. 1).

Para os autores Araújo e Calife (2014), nos anos 2000, a classe média brasileira teve a esperança de possibilidade de um efetivo planejamento financeiro; e que alguns

livros como por exemplo o bestseller “Pai rico pai pobre”, de autor americano, lançado no mercado brasileiro dava orientações sobre o zelar de algumas receitas financeiras. Propõe-se que não era ainda o que chamamos de Educação Financeira Escolar que trata de temas como: planejamento socioeconômico financeiro, orçamento doméstico, tomadas de decisões conscientes, responsabilidade ambiental, mas o que se viu foi, possivelmente, uma discussão introdutória.

Em 2008, uma grave crise financeira internacional atingiu a economia brasileira desvalorizando o real. “É uma profunda crise de confiança decorrente de uma cadeia de empréstimos originalmente imobiliários baseados em devedores insolventes” (BRESSER-PEREIRA et al, 2009, p. 14).

Nas últimas cinco semanas os efeitos da crise financeira internacional atingiram em cheio a economia brasileira. No final de agosto o dólar ainda era cotado em torno de R\$ 1,60. Acabou fechando no dia 18/10/2008 em torno de R\$ 2,30. Uma desvalorização de mais 30% em pouco mais de quarenta dias. Consequência do “câmbio flutuante que flutua”, diriam alguns. No entanto, ao contrário do que pensam os paladinos do regime de flutuação cambial, essa rápida e desordenada desvalorização do câmbio provocou efeitos desestabilizadores sobre a economia brasileira. (BRESSER-PEREIRA et al., 2009, p. 14).

Propõe-se que essa grave crise financeira tenha estimulado os estudos sobre Educação Financeira nas escolas; pois, logo em 2010, instituiu-se a ENEF (Estratégia Nacional de Educação Financeira) através do Decreto Federal 7397 – DF 7397/2010.

Até o ano de 2010 eram pouquíssimas as ações voltadas para EF, podendo considerar que o seu nascimento formal no Brasil se deu a partir da [...] (ENEF) [...] Decreto 7397/2010 [...] Desde então, a EF começou a ganhar repercussão inclusive no âmbito escolar (CORDEIRO; COSTA, DA SILVA, 2018, p. 71).

Após o DF 7397/2010, em 2017 surgiu o Projeto de Lei 7318 (PL 7318/2017), que tem como autor o pastor Marco Feliciano – PSC/SP, que instituiu a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) com a finalidade de promover a Educação Financeira no Brasil.

3.1.2 Educação financeira e as leis

Este capítulo almeja identificar o que é Educação Financeira, demonstrando tal conceito, alinhado com as leis, organizações, decretos e mobilizações que balizam sobre sua obrigatoriedade na escola (BNCC – OCDE – ENEF).

A educação financeira escolar é um tema importante que vem sendo cada vez mais valorizado no contexto educacional, sendo apoiado por diversas leis e iniciativas. Uma delas é a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que é uma referência nacional para a elaboração de currículos escolares em todo o país. A BNCC prevê a inclusão da educação financeira como um dos componentes curriculares, de forma interdisciplinar, a partir do Ensino Fundamental.

A OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), é um órgão formado por alguns países e com a competência de promover o desenvolvimento econômico. Por sua vez, vem estimulando a promoção da educação financeira em todo o mundo, por meio de diversas iniciativas e recomendações. A organização enfatiza a importância da educação financeira para a promoção do bem-estar social e econômico, e recomenda a inclusão dessa temática no currículo escolar, de forma interdisciplinar e progressiva.

Segundo orientações da OCDE (2005), Educação Financeira é:

o processo pelo qual consumidores/investidores financeiros aprimoram sua compreensão sobre produtos, conceitos e riscos financeiros e, por meio de informação, instrução e/ou aconselhamento objetivo, desenvolvem as habilidades e a confiança para se tornarem mais conscientes de riscos e oportunidades financeiras, a fazer escolhas informadas, a saber onde buscar ajuda, e a tomar outras medidas efetivas para melhorar seu bem-estar financeiro (OCDE, 2005, p. 5).

Desde 2005 vislumbra-se a proposta de Educação Financeira dentro das instituições escolares (OCDE, 2005). Então, várias propostas, principalmente de instituições financeiras, como bancos, vêm surgindo, na “intenção” de uma possível inclusão social.

Porém, presume-se que a verdadeira intenção não vai ao encontro dos interesses dos cidadãos e sim, das próprias instituições financeiras que promovem e/ou colaboram na promoção desses processos.

Visto que a população tem pouca instrução sobre controle de gastos ou domínio econômico-financeiro para lidar com altas ofertas de produtos do mercado,

principalmente, os incentivos financeiros como, por exemplo, empréstimos, financiamentos, estando passíveis à vulnerabilidade, o que requer uma política de implementação de Educação Financeira desde o Ensino Fundamental, em vistas a preparação dos indivíduos para uma nova etapa de vida em sociedade.

Nota-se um movimento das instituições financeiras em promover e incentivar a Educação Financeira nas escolas cada vez mais cedo, tendo como foco o desenvolvimento do educando, tornando-os menos frágeis aos riscos financeiros.

A implementação da Educação Financeira no Brasil não surgiu do nada. Segundo o documento de implementação da OCDE (2005), além de pautarem-se nas experiências e investigação de outros países, incluindo os EUA, por exemplo, houve uma pesquisa na qual foram verificadas entre outras coisas, o perfil de alguns cidadãos, se “gastadores” ou “poupadores”, seus hábitos e atitudes econômico-financeiros etc.

O Brasil aderiu à Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) em 2010, em acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). A ENEF tem como objetivo promover a educação financeira e contribuir para o desenvolvimento econômico e financeiro do país. Entre as ações previstas pela estratégia, destaca-se a inclusão da educação financeira nos currículos escolares, de forma progressiva e continuada.

A lei nº 13.303/2016, com intuito de promover a Educação Financeira, criou o Programa de Educação Financeira (PEF) e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira (FBEF), com o objetivo de fomentar ações de educação financeira em todo o país. O PEF prevê a inclusão da educação financeira no currículo escolar, assim como a capacitação de professores para atuarem como multiplicadores dessas práticas.

Os objetivos e competências da ENEF foram definidos tendo como base dimensões espaciais e temporais. A dimensão espacial engloba os conceitos de EF baseada no impacto de ações individuais no contexto social, e nas consequências dessas ações nas condições econômicas e financeiras desses mesmos indivíduos. A dimensão espacial é organizada nos campos de cobertura social, do mais restrito (individual) para o mais amplo (global).

Na dimensão temporal, os conceitos são discutidos tendo como base a noção de que decisões tomadas no presente afetam o futuro. Os espaços são cruzados pela dimensão temporal, que conecta o passado, o presente e o futuro, em uma corrente de inter-relações. Essa corrente torna possível a percepção do presente não apenas como um resultado de decisões tomadas no passado, mas como o momento em que certas iniciativas foram tomadas, e os resultados e

consequências dessas iniciativas – positivos e negativos – serão coletados no futuro (BRASIL, 2017, p. 11-12).

Portanto, a promoção da educação financeira escolar é uma iniciativa que vem sendo cada vez mais apoiada por leis, estratégias e recomendações nacionais e internacionais, destacando a importância desse tema para a formação de cidadãos conscientes e responsáveis. A inclusão da educação financeira nos currículos escolares pode contribuir para a formação de uma sociedade mais justa, igualitária e sustentável, com indivíduos mais preparados para enfrentar os desafios econômicos e financeiros do mundo contemporâneo.

De acordo com o site “Vida e Dinheiro”⁴, a ENEF desenvolveu doze volumes de livros sobre Educação Financeira. Cinco deles atendem aos anos iniciais do Ensino Fundamental, ou seja, do 1º ao 5º ano de escolaridade, quatro volumes atendem aos anos finais do Ensino Fundamental, do 6º ao 9º ano, além dos livros voltados para o Ensino Médio.

Esses livros são materiais educativos que trazem projetos a serem desenvolvidos pelo professor, (cada ano de escolaridade possui o livro do aluno e o livro do professor). Através de análises feitas nos livros do Ensino Fundamental I, ou seja, do 1º ao 5º ano de escolaridade, foi possível perceber que os livros da ENEF possuem a mesma proposta para todos os anos de escolaridade: trabalhar a interdisciplinaridade entre Educação Financeira e Meio ambiente, modificando apenas as atividades. No Quadro 2 apresentamos a proposta resumida de cada exemplar:

Quadro 2- Propostas dos livros ENEF

PROPOSTA DE CADA VOLUME LIVROS ENEF - site Vida & Dinheiro				
1º ao 5º DO ENSINO FUNDAMENTAL I				
	Objetivo Geral	Proposta Educação Financeira	Proposta ambiental	Dica
1º ANO	Compreende r os processos de	Noção de precificação , na medida em que	Noções de	Explorar a produção de outros

⁴ Disponível em: <https://www.vidaedinheiro.gov.br/>. Acesso em: 08 ago. 2022.

	<p>produção para poder refletir a respeito dos custos financeiros e ambientais que acarretam.</p> <p>Ciclo de produção da batata até chegar em nossa mesa.</p>	<p>poderão observar o aumento da quantidade de moedinhas (simbolicamente representando o valor de cada etapa de produção da batata até chegar à nossa mesa)</p>	<p>desperdício, consumo e lixo seletivo.</p>	<p>alimentos naturais típicos da sua região ou simplesmente aqueles preferidos pelas crianças.</p>
<p>2º ANO</p>	<p>Entendimento do processo produtivo de industrialização do leite.</p>	<p>Noções de consumo/consumidor, produtor, distribuidor, preço, lucro, perda, fonte de renda e investimento.</p>	<p>Descarte da embalagem em que ele chegou à nossa casa.</p>	<p>A leitura e a posterior “dramatização” da fábula “A leiteira e o balde”, com a sua moral: “não se deve contar hoje com o lucro de amanhã”, permitirá oportunidades de uso e de aplicação de importantes conteúdos da Educação Financeira, como: receita, despesa, investimento, planejamento, poupança e lucro, sempre</p>
<p>3º ANO</p>	<p>Compreender os processos de produção de um artigo industrializado</p>	<p>Noção de precificação, na medida em que verão aumentar a quantidade de moedinhas</p>	<p>Noções de consumo, matéria-prima x produto industrializado, distribuidor,</p>	<p>Explorar a produção de outro artigo industrializado escolhido pelas</p>

	do para poder refletir a respeito dos custos financeiros e ambientais que acarretam.	(simbolicamente representando o valor de cada etapa de produção da bola)	consumidor e coleta seletiva de lixo.	crianças.
4º ANO	<p>Explicitar o processo de produção da cédula (papel-moeda) que se inicia na natureza e termina com diferentes possibilidades de reciclagem.</p> <p>Conhecer as cédulas e moedas que compõem o Real; o valor do dinheiro, que é um conceito muito importante em Educação Financeira; seu valor monetário e o seu valor subjetivo; a história do dinheiro.</p>	<p>Situações de natureza financeira, como: decisões de consumo, de poupar, receitas, despesas planejadas e não planejadas, permitindo a criação de hábitos saudáveis para a construção de uma vida financeira responsável e um comportamento consciente.</p>	<p>Diferentes possibilidades de reciclagem.</p>	<p>Saber antes se as crianças conhecem todas as cédulas e moedas de Real, e o significado do termo “cédula”; se sabem o que está escrito e desenhado nas cédulas e se tais escritos e ilustrações são os mesmos em todas elas. Fazer o mesmo em relação às moedas.</p>
5º ANO	Tomar decisões em relação à	Conceitos financeiros e propõe tarefas para que os alunos vejam	Meio Ambiente com foco no consumo sustentável,	Sugere-se que o trabalho de Educação

	rota que devem seguir. O leitor decide qual será o curso de ação da personagem protagonista dentre duas ou três opções.	sua aplicabilidade na vida cotidiana.	que significa adequar os níveis e tipos de consumo para não exaurir os recursos renováveis e não renováveis do planeta, preservando o bem-estar das gerações atuais e futuras. A conscientização para esta questão é apresentada por meio do conceito dos 5 “R”s (Repensar, Recusar, Reduzir, Reutilizar, Reciclar).	Financeira dê voz aos alunos e estimule-os a pensar de maneira própria, com capacidade para criar, concordar e discordar.
--	---	---------------------------------------	---	---

Fonte: Organizado pela autora.

A abordagem de assuntos cotidianos, de forma interdisciplinar, auxilia na tomada de decisões financeiras adequadas. Conforme Oliveira e Pessoa (2018, p. 320), “[...] a Educação Financeira Escolar (EFE) defendida pela ENEF vem objetivando educar crianças e adolescentes para lidar com o uso do dinheiro de maneira consciente, de modo a desenvolver hábitos e comportamentos desejáveis”.

Neste sentido, nota-se o quão grande é o desafio para uma Educação Financeira Escolar, para despertar as tomadas de decisões assertivas dos estudantes.

“Desafios” pelo ponto de vista de que não se tem dentro das escolas professores capacitados para trabalhar esse novo tema transversal com maestria. Apesar da obrigatoriedade, segundo a nova BNCC, desse tema que tem como objetivo atravessar as disciplinas do currículo, muitos profissionais da educação ainda não têm conhecimento desse fato. E nem mesmo da Educação Financeira Escolar como novo componente do currículo. Mas, sabe-se que é um tema transversal de fácil manejo,

quando se tem um docente formado para tais habilidades.

Neste sentido, o site Vida e Dinheiro, de 2014 à 2023, vem realizando a “Semana Nacional de Educação Financeira – Semana ENEF – com a finalidade de promover a ENEF (Estratégia Nacional de Educação Financeira), que pode ser um bom momento formativo para professores dos anos iniciais acompanharem as tendências de mercado e utilizar em suas práticas (Tabela 1). Esse foi um projeto realizado pelo CONEF (Comitê Nacional de Educação Financeira). O projeto proporcionou vários eventos, atividades presenciais e online com a participação de milhões de pessoas, além da capacitação de profissionais da educação. Infelizmente, não houve divulgação satisfatória dos eventos de 2020 a 2022. Apresentamos na Tabela 1 uma linha do tempo com alguns dados importantes dessas semanas:

TABELA 1: Organização da Semana ENEF

SEMANA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA					
<i>SEMANA</i>	<i>ANO</i>	<i>PERÍODO</i>	<i>TEMA</i>	<i>AÇÕES</i>	<i>LOCAL</i>
1 ^a	2014	10 a 15 março	Finanças pessoais e finanças	Presenciais e online	Em 20 cidades brasileiras
2 ^a	2015	14 a 20 de maio	Economia doméstica e finanças a empresariais e no poder público	Presenciais e online	Em todo o país (BRASIL)
3 ^a	2016	16 a 22 de maio	Sucessão: um processo longo, complexo e único vivido por todas as empresas familiares ao longo de sua história.	Presenciais e online	Em 458 municípios em todas as unidades federativas
4 ^a	2017	09 a 15 de maio	Fortalecimento da cidadania e para maior eficiência do Sistema Financeiro	Mídias Sociais	São Paulo

			Nacional		
5 ^a	2018	14 a 20 de maio	A Educação Financeira e previdenciária como ferramenta de inclusão social.	Presenciais e online	Em todo o país (BRASIL)
6 ^a	2019	20 a 26 de maio	Educação Financeira nas Escolas	Presenciais e online	Em todo o país (BRASIL)
7 ^a	2020	23 a 29 de novembro	Resiliência Financeira: como atravessar a crise?	Online	Em todo o país (BRASIL)
8 ^a	2021	08 a 14 de novembro	Planejamento, Poupança e crédito: o PLÁ-POU-CRÉ e a sua saúde financeira.	Online	Em todo o país (BRASIL)
9 ^a	2022	12 a 18 de dezembro	Resiliência Financeira	Presenciais e online	Em todo o país (BRASIL)
10 ^a	2023	15 a 21 de maio	Resiliência Financeira	Presenciais e online	Em todo o país (BRASIL)

Fonte: Elaborada pela autora.

No ano (2019), a parceria ofereceu duas ferramentas tecnológicas para a educação financeira: uma plataforma com cursos à distância, para professores, e um jogo (Figura 5), para atrair a atenção dos estudantes e incentivar o uso consciente dos recursos financeiros. O jogo foi batizado de “*Tá O\$\$\$O!*”⁵.

Figura 5: Tela inicial do jogo “Tá O\$\$\$O!”

⁵Jogo online disponível no Google Play e na App Store. Disponível em: <https://taosso.vidaedinheiro.gov.br/>. Acesso em: 06 mai. 2023.



Fonte: Site Vida e Dinheiro

Conforme AEF, (Associação de Educação Financeira, 2017):

[...] uma pessoa financeiramente educada significa muito mais do que dominar conceitos complexos, como juros, inflação e orçamento; mais do que isso, significa ter comportamentos que permitem levar a vida de modo financeiramente saudável. (AEF - BRASIL, 2017, s/p.)

Pressupõe-se, dessa forma, que a Educação Financeira desempenha papel fundamental na formação escolar, no desenvolvimento pessoal e social.

3.1.3 Educação financeira escolar como instrumento do conhecimento

Estudos foram, e continuam sendo, realizados com a proposta de compreender como se daria o processo da promoção da cidadania e a propagação de ações de Educação Financeira (EF) nas unidades escolares, principalmente com crianças do Ensino Fundamental I.

Santos e Pessoa (2020) decidem abordar as atividades latentes no interior das temáticas consideradas pelos livros didáticos de Matemática, enfeitando as que não aguçavam discussões pertinentes à Educação Financeira Escolar.

A seleção das temáticas inclusas nas atividades propostas dos livros é de crucial importância para as possíveis argumentações e, posteriormente, as tomadas de decisões conscientes. Quanto a esses temas, Chiarelo (2014) propõe:

[...]a função do dinheiro; a percepção dos desejos x necessidades; a noção do caro x barato; o consumismo; a sustentabilidade; a ética nas relações; a responsabilidade social; a justiça social; a proteção do meio ambiente; a produção e o tratamento do lixo; a qualidade de vida dos sujeitos; o tempo de trabalho e o tempo de lazer; a

preservação da saúde e a autonomia dos sujeitos para as tomadas de decisões (CHIARELLO, 2014, apud SANTOS; PESSOA, 2020, p. 4).

Supõe-se que, para o alcance desses objetivos, alguns cuidados devem ser tomados como, por exemplo, a seleção das temáticas que nortearão as discussões e, posteriormente, as tomadas de decisões conscientes pelos alunos nas atividades propostas.

De acordo com os autores Hartmann, Reisdorfer, Ferreira e Mariani (2019), a Educação Financeira é necessária em todas as etapas da Educação Básica. Esses autores relatam ainda, sobre a possível integração da Educação Financeira com a Matemática Escolar por meio da prática docente embasada na Matemática Crítica (p. 162).

Os autores citados trazem a Educação Matemática Crítica na perspectiva de Skovsmose (2001; 2008), que visa atividades reais e efetivas vivenciadas na realidade dos alunos, ou seja, tendo a reflexão como total aliada. Kistemann Jr. também privilegia as abordagens da Educação Financeira no ambiente escolar com tomadas de decisões de forma crítica.

É fundamental que as circunstâncias e as oportunidades vivenciadas pelo sujeito - *foreground* (SKOVSMOSE, 2014) sejam consideradas, porém, nada impede que o indivíduo alcance objetivos mais amplos ou diversos. Sua origem não determina sua vida ou seu futuro. Pressupõe-se que há muito para se adquirir através de aprendizagens, incentivos, persistência, segurança, determinação etc.

Supõe-se a Educação Financeira Crítica também como um componente da justiça social, pois, colabora no respeito e desenvolvimento do sujeito como ser humano em sua integralidade; um cidadão, um partícipe da vida em sociedade.

A Educação Financeira não deve ser entendida como um mero instrumento para a maximização de lucros, mas sim como uma ferramenta para a promoção da justiça social e econômica; deve ser vista como uma forma de empoderar os indivíduos, proporcionando-lhes conhecimentos e habilidades para lidar com questões financeiras e tomar decisões conscientes e responsáveis; deve estar voltada para a compreensão dos processos sociais, políticos e econômicos que influenciam as questões financeiras. Pois, para Britto, Kistemann e da Silva (2014, p. 186): “entendemos que falta a esse contingente de consumidores, informações e orientações de cunho financeiro, para que tomem suas decisões financeiro-econômicas com

discernimento e criticidade”.

Dessa forma, é importante que os estudantes compreendam a relação entre a economia e a sociedade, bem como as implicações das questões financeiras para a justiça social e a sustentabilidade ambiental.

Skovsmose destaca a importância da Educação Matemática Crítica na formação de cidadãos críticos e reflexivos, capazes de analisar e questionar as informações e práticas financeiras disseminadas pela mídia e pela sociedade em geral. Isso implica o desenvolvimento de habilidades e competências, tais como o pensamento crítico, a resolução de problemas e a tomada de decisões.

É necessário que os estudantes compreendam as implicações de suas decisões financeiras para o bem-estar individual e coletivo. Para isso, é fundamental que a Educação Financeira Escolar aborde temas como o consumo consciente, o endividamento, os investimentos e a previdência, entre outros.

Para de Britto, Kistemann e da Silva (2014), a interpretação crítica pode empoderar professores e estudantes a adequar propostas de Educação financeira na sala de aula de matemática.

A Educação Financeira Escolar deve ser vista como um processo contínuo. Isso implica a incorporação da mesma em todas as áreas do conhecimento, de forma transversal e interdisciplinar. Dessa forma, ela pode contribuir para a formação integral dos estudantes, preparando-os para lidar com as complexidades do mundo financeiro e promover a justiça social e econômica.

Pode-se dizer ainda que:

A Educação Financeira tal como se apresenta nos últimos anos no Brasil, [...] se afeiçoa a um contexto, em que parece predominar a “necessidade” de desenvolver certas competências e habilidades que, neste primeiro momento, podemos chamá-las de: competências ou habilidades financeiras. Nesse comenos, os tempos atuais sugerem um indivíduo atento ao desenvolvimento tecnológico e conectado com relação à constituição dos chamados produtos financeiros (DE BRITTO; KISTEMANN; DA SILVA, 2014, p. 180).

De Britto, Kistemann e da Silva (2014) falam ainda do Processo de Legitimação da Educação Financeira (PLEF), com o intuito de, entre outras coisas, potencializar os indivíduos na aquisição e consumo de produtos financeiros. Pressupõe-se que, na maioria das vezes, os grandes beneficiários dessas práticas são

aqueles que prestam tais serviços, como por exemplo, as instituições financeiras.

Sendo assim, é indispensável capacitar os indivíduos para agirem reflexiva e criticamente, indo na contramão de ofertas tentadoras de aquisição de produtos desnecessários à sua forma de vida, evitando endividamentos inoportunos.

Nos últimos anos, desenvolve-se no discurso midiático relativo à Educação, a ideia de que é necessário educar os indivíduos financeiramente. Há certo consenso sobre esta “necessidade” que parece estar sustentada, principalmente, sobre dois argumentos: (i) o primeiro decorre do resultado de pesquisas que apontam para um crescente endividamento das famílias brasileiras, além de baixo nível de educação financeira da população; (ii) o segundo reside na anunciada complexidade e variedade dos produtos financeiros na atualidade (DE BRITTO; KISTEMANN; DA SILVA, 2014, p. 180).

A partir das informações econômico-financeiras da mídia e relativo aos ataques financeiros vivenciados pelos indivíduos na sociedade de consumo é que se faz jus aos docentes uma formação continuada. A promoção na escola, de uma sala de aula como um ambiente de aprendizagem ativo, crítico, reflexivo e questionador, que possa problematizar situações que desenvolvam competências e habilidades de natureza financeiro-econômica efetivas nos estudantes.

Sinteticamente, conhecimentos acertados sobre produtos financeiros podem ser adequadamente positivos para uma vida financeira saudável.

A Educação Financeira Escolar é um tema relevante na formação de cidadãos conscientes e responsáveis, sobretudo em um mundo cada vez mais complexo e dinâmico. Nesse sentido, Kistemann Jr. destaca a importância de abordar a Educação Financeira no ambiente escolar, considerando-a como um componente essencial da formação cidadã.

Segundo o autor, a Educação Financeira deve ser entendida como uma ferramenta para o desenvolvimento humano, capaz de promover o bem-estar social e econômico. Por isso, é importante que essa temática seja abordada de forma ampla, interdisciplinar e contextualizada, a fim de permitir aos estudantes a compreensão das complexidades do mundo financeiro e a tomada de decisões conscientes e responsáveis.

Para Kistemann Jr., a Educação Financeira Escolar deve ser vista como uma oportunidade para o desenvolvimento de habilidades e competências, tais como o pensamento crítico, a resolução de problemas, a tomada de decisões e a comunicação.

Além disso, essa abordagem pode contribuir para a formação de cidadãos mais participativos, capazes de compreender e analisar os impactos das questões financeiras na sociedade.

Outro aspecto importante destacado pelo autor é a necessidade de os professores se capacitarem para abordar a Educação Financeira de forma efetiva e adequada, considerando as especificidades de cada faixa etária e o contexto social e econômico em que os estudantes estão inseridos. Para isso, é fundamental que a Educação Financeira seja incorporada na formação inicial e continuada dos professores.

Kistemann Jr. ressalta que a Educação Financeira Escolar não deve ser vista como uma disciplina isolada, mas sim como um tema que deve ser abordado de forma transversal, em todas as áreas do conhecimento. Dessa forma, a Educação Financeira pode ser incorporada de forma integrada e interdisciplinar, contribuindo para a formação integral dos estudantes.

Araújo (2010) discute a importância da educação financeira escolar e seus impactos no desenvolvimento de competências financeiras nos jovens. A autora destaca que a falta de educação financeira pode levar a problemas de endividamento, desequilíbrio financeiro e até mesmo à pobreza. Por isso, é fundamental que as escolas incluam em suas propostas pedagógicas ações que visem a formação de cidadãos financeiramente responsáveis. Dessa forma, os estudantes poderão entender melhor como o dinheiro está presente em suas vidas cotidianas e como as decisões financeiras que tomam afetam sua qualidade de vida.

A autora destaca também a importância de se trabalhar a educação financeira de forma lúdica e prática, através de jogos, simulações e atividades que envolvam a gestão de recursos. Com isso, os estudantes poderão desenvolver habilidades como planejamento financeiro, controle de gastos, análise de investimentos e tomada de decisões financeiras conscientes.

Araújo (2010) enfatiza ainda que a educação financeira escolar não deve se limitar apenas ao ensino de conceitos e técnicas financeiras, mas também deve abordar questões éticas e valores como responsabilidade, solidariedade e sustentabilidade. Destaca a importância da educação financeira escolar como ferramenta para o desenvolvimento de competências financeiras nos jovens, enfatiza que essa educação deve ser trabalhada de forma transversal, lúdica e prática, integrando-se com outras disciplinas e projetos da escola, e abordando questões éticas e valores. Com isso, os

estudantes poderão se tornar cidadãos financeiramente responsáveis e conscientes, compreendendo melhor como suas decisões financeiras podem afetar a sociedade e o meio ambiente.

Muniz e Jurkiewicz (2016) salientam os desafios que a população enfrenta em sua vida diária relacionados às situações financeiras que vivenciam, muitas vezes até sem percebê-las como tais. Os autores mencionam que, mesmo às vezes, contestáveis, pelo simples fato de não saber ser ou não armadilhas governamentais e/ou empresariais essas mobilizações são positivas no sentido de orientar os cidadãos em seus caminhos econômico-financeiros de forma a se educarem, observarem seus hábitos e costumes, concretizarem frente às situações de compras e aquisições de produtos financeiros, bens materiais, de consumo e suas consequências.

Os autores Muniz e Jurkiewicz (2016) também destacam em seu texto a importância das tomadas de decisões em se tratando, nessa sociedade, de trocas intertemporais (sacrifícios x benefícios); descrevem motivos que justificam a importância da Educação Financeira para as pessoas. Sendo assim, relatam:

Olhando para o Brasil, temos vários motivos que justificam a importância de uma Educação Financeira que ajude as pessoas a lidarem com desafios financeiros inseridos em um cenário econômico complexo e dinâmico, como temos observado nas últimas décadas. A estabilidade da moeda (a partir de 1994), o aumento da renda, o crescimento da classe média brasileira, o aumento da oferta de crédito para bens (móveis e imóveis) e serviços, a ampliação do prazo dos financiamentos imobiliários, a velocidade da geração e do consumo de bens e serviços, a redução do grau de desigualdade de renda, além do aumento da expectativa de vida da população, compõem um conjunto de profundas mudanças sociais e econômicas ocorridas no país que demandam da população brasileira uma educação financeira que traga crítica e atitudes bem fundamentadas (MUNIZ; JURKIEWICZ, 2016, p. 78).

Em Muniz (2016), Araújo (2010) e Skovsmose (2014) é possível notar as peculiaridades das ideias e pensamentos dos autores quando relatam em suas escritas o enaltecimento aos contextos sociais, econômicos, culturais e sociais dos estudantes; *backgrounds*.

A Educação Financeira Escolar, principalmente nas aulas de matemática, deve ser um convite à reflexão [...] que leve em consideração o contexto social e econômico dos estudantes, as

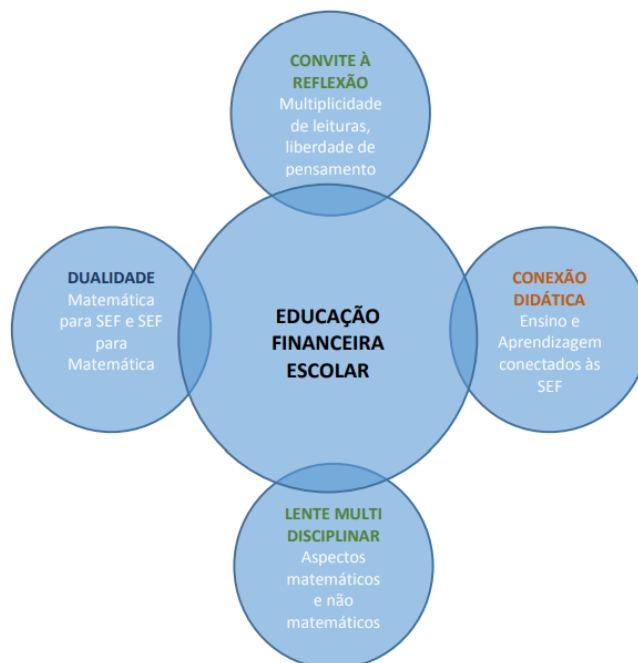
características culturais e singularidades sociais da região em que vivem (MUNIZ; JURKIEWICZ, 2016, p. 81).

A Educação Financeira que se quer satisfatória, corrobora para uma Educação Matemática Crítica, numa visão política, cidadã, democrática visando uma reciprocidade. “Essa educação financeira, em nossa perspectiva, pode e deve ser uma via de mão dupla em que a relação entre ensino e aprendizagem de Matemática e a abordagem de situações financeiras sejam dois lados de uma mesma moeda e, portanto, dual” (MUNIZ; JURKIEWICZ, 2016, p. 82).

Sendo assim, é primordial que o docente seja um mediador, portanto promover reflexões para as devidas tomadas de decisões conscientes deve ser uma constante. Apesar de ser dever do Estado instrumentalizar o professor para o seu exercício laboral, o próprio docente pode rever a sua prática diária e ir em busca de uma formação condizente que possa moldar-se ao seu papel de professor mediador do processo ensino-aprendizagem. É importante ressaltar que suas práticas devem ir além dos livros didáticos.

O lidar com o dinheiro, sabendo que ele é o instrumento principal na aquisição de bens materiais e de consumo, saber sua origem e uso adequado, planejamento, consumo, tomadas de decisões através de problematizações e/ou após reflexões, são saberes necessários na atual conjuntura dessa sociedade que se sabe multicultural, complexa e com inúmeras demandas informacionais. Partindo das premissas e de requisitos descritos e propostos neste texto, é possível perceber as possibilidades de desenvolvimento desse que de econômico-financeiro passamos a denominar como socioeconômico-financeiro, após partilhar das ideias desses autores que interagi através de suas escritas/leituras articulando-as com os objetivos específicos deste. Muniz e Jurkiewicz (2016), descrevem suas concepções de EFE (Educação Financeira Escolar), apresentando os quatros princípios da concepção de EFE (Figura 6):

Figura 6: Concepções de Educação Financeira Escolar



Fonte: Muniz; Jurkiewicz (2016, p. 83).

Os pesquisadores Muniz e Jurkiewicz (2016) entendem que:

A partir dessa concepção de Educação Financeira que se volta para a Educação Básica, entendemos que um Ambiente de Educação Financeira Escolar (AEFE) é criado quando professores, alunos e/ou pesquisadores, convidam professores, alunos e/ou pesquisadores a pensar sobre questões financeiras que envolvam ideias matemáticas, mas que não se limitem a elas. Ambientes são formados por momentos em que se abrem portas e janelas para se convidar os alunos a pensarem sobre situações financeiras em uma perspectiva ampla, sendo a apresentada aqui apenas uma das possibilidades. Assim, os ambientes podem ser formados por momentos de sala de aula, projetos escolares, pesquisas acadêmicas, investigações, palestras, rodas de conversa, formação de professores da Educação Básica, dentre outros, em que as situações financeiras são tratadas por meio do convite à reflexão (p. 83).

Assim como Santos e Pessoa (2020), Muniz e Jurkiewicz (2016), preferem denominar a Educação Financeira (EF) como Educação Financeira Escolar (EFE), por compreenderem que essa seria uma denominação mais ideal para a qual se destina; ou seja, uma Educação Financeira que se propõe especificamente voltada para a escola.

Os autores mencionam o tempo como sendo um elemento em situações de Educação Financeira Escolar. Muniz e Jurkiewicz (2016) concebem as trocas

intertemporais⁶ como situações que podem levar a questões para a construção de um Ambiente de Educação Financeira Escolar (AEFE). Pode-se entender o AEFE como os Cenários para Investigação e/ou aprendizagem de Skovsmose (2000) voltados para a Educação Financeira.

Muniz e Jurkiewicz (2016) esboçam suas concepções de Educação Financeira Escolar apoiados em quatro princípios (Figura 6): Convite à reflexão, conexão didática, dualidade e lente disciplinar.

O primeiro princípio, como o próprio nome diz é um convite à reflexão. Os autores almejam que a EFE desperte no estudante reflexões de diversos cunhos, inclusive matemáticos; levando-os a decisões financeiras exclusivas.

O segundo princípio – conexão didática – se caracteriza por se relacionar diretamente com a EFE defendida pelos autores; ou seja, especificamente voltada para a escola e não à EF vista de modo geral; como para as instituições financeiras, por exemplo.

O terceiro princípio se caracteriza por ser dual, por haver uma cumplicidade, uma reciprocidade entre a EFE e a Matemática. Para os autores, nesse contexto, a Educação Financeira Escolar explora e se deixa explorar pela Matemática.

O quarto e último princípio se caracteriza pelo seu enfoque multidisciplinar. Ou seja, não se restringe à Matemática, mas se espelha reverberando-se sobre múltiplas visões; múltiplas leituras. A interdisciplinaridade pode ser um dos focos.

Como vimos, há múltiplas formas de conceber a Educação Financeira no contexto escolar. Contudo, todos os autores consideram-na um instrumento do conhecimento, que tem o potencial de abranger temas importantes para a vida dos estudantes e professores.

3.2 O pensamento econômico na criança

Araújo (2010), diz que desde muito cedo quando o indivíduo “se entende por gente”, ele inicia o seu relacionamento econômico com o mundo, ou seja, o homem é um ser socioeconômico, tanto como é um ser social, histórico, cultural, político etc. Bem antes do que se imagina, ele tenta compreender a relação social com o mundo e

⁶ Sacrifícios x benefícios: Adquirir e utilizar agora uma viagem de avião financiada em 12 vezes. Ou, financiar um pacote de viagem para utilizar após 18 meses. Situações vivenciadas em diferentes momentos no tempo.

com ele próprio.

A partir do meio em que vive e se relaciona como ser, molda-se continuamente relacionando-se com o seu eu e com o seu exterior, que é a sociedade, o mundo. Com a criança não é diferente, pois, ela também é um ser em constante transformação e desenvolvimento. Nesse sentido, o ser se adequa ao meio que é social, histórico, político, cultural, afetivo, cognitivo, econômico-financeiro etc.; é tudo isso e é único.

As investigações sobre socialização econômica desenvolvidas por Denegri, Furth, Jahoda Delval e outros, têm focado em seus esforços na compreensão que crianças e adolescentes têm dos conceitos econômicos. As pesquisas procuram mostrar que crianças e adolescentes não são sujeitos passivos diante das informações sobre economia. Pelo contrário, elas constroem ativamente seus conceitos e explicações sobre o mundo econômico à sua volta. Durante todo o tempo elas estão interagindo com as informações que recebem, sejam dos adultos com os quais convivem, sejam dos meios de comunicação. O fato é que essas informações formam as bases das condutas econômicas dessas crianças e adolescentes. (ARAÚJO, 2010, p. 143).

Sendo assim, as crianças podem agir de forma econômico-financeira e tomar decisões assertivas. O “ser criança” não as nega como seres pensantes e produtores do próprio conhecimento intervindo com o meio.

O realismo definido por Piaget como uma interpretação da projeção em direção à realidade das representações mentais que a criança faz dos fenômenos vividos por ela, é uma característica do período operacional concreto que ocorre em torno de 7 a 11 anos. [...] É importante ressaltar que as características do pensamento sobre as questões sociais descritas acima precisam ser consideradas nos estudos do pensamento econômico das crianças. (ARAÚJO, 2010, p. 140).

Há uma reciprocidade que reverbera nessa sociedade multicultural e pulsante. Esse sujeito ativo e interativo, interage continuamente com esse meio e constrói seus conhecimentos, socializando-se também economicamente. Podemos então dizer que, hoje, podemos identificar três linhas de trabalhos sobre os estudos das representações do mundo e a construção do conhecimento social: 1) uma linha de pensamento, representada pela posição construtivista, fundamentada nas concepções piagetianas

que afirmam que a criança constrói o seu próprio conhecimento com o auxílio dos instrumentos intelectuais que possui; 2) outra linha de trabalho é destacada pelo enfoque dado pelos estudos tradicionais das representações sociais, estudo este iniciado por Dürkheim e conduzido pela sociologia francesa, cujos trabalhos desenvolvidos com adultos sobre os aspectos sociais da representação. O conceito de representações sociais será, neste contexto, trabalhado como as concepções e conhecimento que o sujeito constrói nas suas relações com objetos e eventos, concretos ou abstratos, e que orientam o comportamento e as ações deste sujeito. (ARAÚJO, 2010, p. 139).

A Educação Financeira Escolar será o meio pelo qual as crianças sistematizarão essas habilidades de forma a tornar-se um hábito rotineiro, sendo produtivos em sua infância e acompanhando-os à vida adulta de forma a colaborar com a sociedade onde estão inseridos.

A formação docente sobre Educação Financeira Escolar é crucial para uma visão aprofundada desses profissionais. Propõe-se que a prática docente siga um movimento de constante re-construção de forma a promover uma sala de aula de efetiva busca pelo conhecimento sócio-econômico-financeiro. O(A) professor(a) com um outro olhar de forma a compreender sistematicamente as necessidades da sociedade atual e, portanto, a dos estudantes para atuarem ativamente, transformando-a.

4. MATEMÁTICA FINANCEIRA

A Matemática Financeira (MF) estuda o valor do dinheiro ao longo do tempo. Ela está presente no dia a dia dos cidadãos, como por exemplo: na compra no cartão de crédito, em financiamentos em geral, em aplicações financeiras etc.

Conforme tudo o que foi discutido até aqui, percebe-se na sociedade brasileira, em geral, a falta de conhecimentos matemáticos financeiros em prol de uma Educação Financeira cidadã. A população sofre com a falta de experiência sobre Planejamento financeiro, orçamento doméstico e esses são uns dos motivos do consumo desmedido. É inadmissível que governos e empresas se calçam com conhecimentos financeiros em geral enquanto a população mergulha no quase analfabetismo financeiro.

Conhecimentos básicos de Matemática Financeira são essenciais frente ao cenário atual vivido pela sociedade. Não se trata do cidadão deixar de consumir, mas que tenham condições e sabedoria para tomarem decisões coerentes e mais assertivas frente a situações de consumo cotidianas. É necessário se precaver com investimentos e poupança para que não caiam em redes de riscos grandes e constantes. Tudo isso se ameniza através de conhecimento, prudência e cautela.

Dessa forma, os princípios básicos de Matemática Financeira são de grande valia para os Planejamentos financeiros dos estudantes. Portanto, é imprescindível que a escola proporcione esses ensinamentos. A Matemática Financeira e a Educação Financeira são princípios que visam a inserção social do aluno na sociedade, a qual as questões financeiras são cotidianas.

Questões como: prazo, período de tempo, valor atual, valor futuro, juros etc. são “temas”, “tópicos” que podem ser tratados com as crianças.

A Matemática Financeira está diariamente na vida das pessoas, ainda que elas não saibam ou percebam. É necessário promover o bem estar no dia a dia da população, a saúde financeira leva a uma vida de paz. Compreende-se que o bem estar emocional e social são evidências claras no cotidiano de uma pessoa com atitudes econômico-financeiras saudáveis.

A MF e a EF (Educação Financeira) são aliadas na sala de aula com atividades efetivas no levantamento de questionamentos, situações problemas e atividades que levem à tomadas de decisões conscientes e assertivas. É necessário que o docente se muna dessas duas concepções para um verdadeiro ambiente de Educação Financeira Escolar.

De posse desses conhecimentos e compreensão da Matemática Financeira e Educação Financeira, é possível que através de atitudes e valores a população evite o endividamento pessoal e coletivo.

É sabido que crianças não compreenderão os cálculos de juros, taxas, porcentagem etc. Mas, através de situações problemas, questionamentos, estudos de casos, a utilização de cálculos simples, a produção real de, por exemplo, um mercadinho ou loja, a criança certamente entenderá certas questões que envolvam a Matemática Financeira. São necessárias situações que os estudantes interajam de forma crítica, autônoma, consciente de suas ações e escolhas; ou seja, situações reais de compras e aquisições práticas. “Os alunos aprendem melhor quando veem a aplicação do que está sendo estudado, partindo do concreto para o abstrato” (CAMARGO, 2022, p. 9).

A relação entre os estudantes e as finanças precisa ser mais próxima, segundo Pessoa, Muniz e Kistemann (2018), ocorrendo num ambiente favorável de aprendizagem que promova um pensar crítico, considerando aspectos matemáticos e não matemáticos para tomada de decisões.

O ensino-aprendizagem da Matemática Financeira é necessário para o desenvolvimento da Educação Financeira. Pois, ela fornece instrumentos para o seu conhecimento e desenvolvimento de habilidades como: planejamento financeiro, orçamentos domésticos etc.

Propõe-se que uma pessoa bem informada pode tomar decisões com embasamentos, desviar-se de armadilhas financeiras e perceber oportunidades ao redor. Sabendo ainda da

importância da Matemática Financeira para auxiliar o leitor a reconhecer e resolver problemas que envolvam aplicações financeiras. [...] não basta incluímos tópicos da Matemática Financeira nos conteúdos do Ensino Médio. É preciso abordá-los em diferentes momentos da vida estudantil e através de situações-problema que possibilitem aos alunos compreender e atribuir significado às diferentes ferramentas da matemática para resolvê-los (CAMARGO, 2022, p. 10).

A Matemática Financeira desenvolve-se no contexto da Educação Financeira contribuindo nos cálculos e concepções de orçamentos, aplicações, investimentos de diferentes níveis, enfim, de questões e decisões econômico-financeiras. Tudo isso contribui para o entendimento de como o dinheiro pode ser investido, crescer ao longo do tempo e ter um impacto significativo nas finanças a longo prazo.

Há, porém, uma distinção entre Matemática Financeira e Educação Financeira. Enquanto a primeira é uma área que aplica conhecimentos matemáticos à análise de questões ligadas a dinheiro, a segunda está ligada à formação de comportamentos do indivíduo em relação às finanças. A Educação Financeira tem como objetivo principal ajudar o aluno, desde cedo, a desenvolver a capacidade de planejar sua vida, a partir de decisões financeiras conscientes.

Os sistemas e redes de ensino, assim como as escolas devem inserir nos currículos a abordagem de temas contemporâneos que sejam condizentes com a realidade dos alunos daquele local. A abordagem transversal, integrando conhecimentos, explicita a ligação entre os diversos componentes curriculares, além de fazer conexão com situações vivenciadas pelos alunos em suas realidades (CAMARGO, 2022, p. 15).

A Matemática Financeira é valiosa para tomar decisões sobre empréstimos, hipotecas, financiamentos, compreender conceitos sobre investimentos entre outros. Situações de compras, por exemplo, do tipo: Joana quer comprar uma geladeira e viu um anúncio na TV que dizia: Geladeiras com o melhor preço e negociação do mercado! Compre à vista por R\$ 2.500,00 ou dê uma entrada de R\$ 500,00 e o restante em 7 vezes iguais de R\$ 392,86. Por causa do número de vezes ofertadas pela loja, Joana decidiu comprar parcelado pensando que faria um ótimo negócio. Pediu um adiantamento de salário à sua patroa e fechou a compra. Será que Joana fez mesmo um ótimo negócio? Ao final de 7 meses, quanto Joana terá pago pela geladeira? Quanto pagou a mais em relação ao preço à vista? Teve juros? Se sim, de quantos por cento? No final do mês quando viu que a patroa havia descontado os R\$ 500,00 de empréstimo e ela ainda tinha a primeira parcela da geladeira para pagar, Joana se desesperou!

Essas são situações de compras recorrentes onde a Matemática Financeira aliada com a Educação Financeira renderia boas negociações e situações de compras no caso de tomadas de decisões conscientes e assertivas feitas pelo consumidor.

Segundo os Parâmetros Curriculares nacionais (BRASIL, 1999), os entendimentos de Matemática são essenciais para que o cidadão possa tomar decisões em sua vida pessoal e profissional, além de estar apto a agir com prudência quando deparado frente-a-frente com as relações de consumo. Sob essa perspectiva, os PCN's corroboram a importância do ensino de Matemática na educação básica.

4.1 A matemática na educação básica

É possível observar que o currículo em Matemática tem o propósito de preparar o indivíduo para a vida, ressalta a necessidade de um ensino voltado a aplicabilidade dos conteúdos e de suas práticas instrumentais que poderão ser úteis aos estudantes em momentos diversificados de sua vida, não só como componente curricular mínima para se formar (ALMEIDA, 2004).

Almeida (2004) também descreve a Matemática no Ensino Médio que deve ser vista pelos alunos como um conjunto de técnicas e estratégias que podem ser aplicadas a outras áreas do conhecimento bem como em suas vidas pessoais e profissionais fora da escola.

Nesse sentido, a Matemática no ensino médio não propõe que o aluno tenha grande domínio de técnicas sofisticadas de cálculos, mas sim que desenvolvam habilidades para adaptar o seu conhecimento matemático, por mais incipiente que seja, em diferentes contextos e de maneira adequada.

No que diz respeito ao caráter instrumental da Matemática, ela deve ser vista pelo aluno como um conjunto de técnicas e estratégias para serem aplicadas a outras áreas do conhecimento, assim como para a atividade profissional.

Não se trata de os alunos possuírem muitas e sofisticadas estratégias, mas sim de desenvolverem a iniciativa para adaptá-las a diferentes contextos, usando-as adequadamente no momento oportuno. Para Piovesan e Zanardini (2008), Os Parâmetros descrevem a Matemática no Ensino Médio tendo

[...] valor formativo, que ajuda a estruturar o pensamento e o raciocínio dedutivo, porém também desempenha um papel instrumental, pois é uma ferramenta que serve para a vida cotidiana e para muitas tarefas específicas em quase todas as atividades humanas. [...] É preciso que o aluno perceba a Matemática como um sistema de códigos e regras que a tornam uma linguagem de comunicação de ideias e permite modelar a realidade e interpretá-la. Assim, os números e a álgebra como sistemas de códigos, a geometria na leitura e interpretação do espaço, a estatística e a probabilidade na compreensão de fenômenos em universos finitos são subáreas da Matemática ligadas às aplicações. (PIOVESAN; ZANARDINI; 2008, p. 8).

A Matemática é uma disciplina fundamental na educação básica, pois fornece aos estudantes competências e conhecimentos inestimáveis para a vida. É uma das áreas de conhecimento mais antigas, amplas e usada em muitos aspectos da vida cotidiana, incluindo cálculo, resolução de problemas, pensamento lógico e análise de

dados.

Na Educação Básica, auxilia a desenvolver práticas de pensamento crítico e resolução de problemas. Ao trabalhar com problemas matemáticos, os estudantes aprendem a pensar de forma analítica e a encontrar soluções para problemas complexos. Além disso, acesso ao desenvolvimento de capacidades de comunicação, pois os estudantes precisam explicar suas soluções de maneira clara e coerente.

A aprendizagem da Matemática apoia os estudantes ao se prepararem para carreiras em áreas relacionadas à Matemática e a ter sucesso em suas escolhas profissionais futuras. A disciplina em questão é amplamente utilizada em muitos campos, incluindo tecnologia, engenharia, ciência e negócios. Oferece aos estudantes experiências em cálculos orçamentais e avaliação de riscos. Ao trabalhar com conceitos matemáticos complexos, os estudantes aprendem a pensar de forma lógica e a analisar informações de maneira objetiva. Isso pode ser valioso não apenas na escola, mas também na vida cotidiana, onde é importante tomar decisões informadas e racionais, no enfrentamento de desafios com resiliência e perseverança.

4.2 A matemática nos anos iniciais

A alfabetização das crianças dos anos iniciais – 1º ao 5º ano do ciclo – é de crucial importância para o seu amadurecimento, crescimento, desenvolvimento, e/ou seu alicerce; pois, ela é a base de tudo o que virá pela frente.

As referências educacionais, tanto da alfabetização em linguagem quanto para a alfabetização em matemática, pressupõem uma continuidade e complexidade de saberes. A matemática é a disciplina mais temida dentro das escolas. Acredita-se que tanto para quem vai aprender quanto para quem vai ensinar. Pois,

é conveniente destacar que a Matemática é uma ferramenta muito útil, porém muitos estudantes têm a repudiado pelo fato de ser considerada uma área de conhecimento difícil de ser compreendida. Percebe-se que a precarização da Educação Básica causa deficiência em conhecimentos elementares em Matemática. (DANTAS FILHO, 2017, p. 2).

Sabe-se que, na maioria dos cursos de formação de professores como Pedagogia, Normal Superior e Curso Normal a nível de 2º grau já extinto, não há uma formação específica de Matemática com o intuito de capacitar os futuros professores

em relação aos conteúdos curriculares oficiais da Matemática. Geralmente, aprende-se a “Didática da Matemática”, ou seja, como proceder no ensino-aprendizagem. Pressupõe-se que esses estudantes sejam conhecedores de todos os conteúdos listados do currículo faltando apenas a metodologia de ensino. Poucos são os cursos que oferecem essa capacitação na formação Matemática aos seus docentes, como o CEDERJ (Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro), por exemplo. E,

Se os cursos de habilitação ao magistério pouco contribuíram com a formação matemática das futuras professoras, os cursos de pedagogia, na maioria das instituições superiores, mostravam-se ainda mais deficitários. Como destacado por Curi (2005), na grade curricular dos cursos de pedagogia raramente são encontradas disciplinas voltadas à formação matemática específica dessas professoras. (NACARATO; MENGALI; PESSOA, 2014, p. 18).

A deficiência do ensino-aprendizagem da Matemática em todos os níveis de ensino é do conhecimento de todos, dessa forma assim também é com os formandos. Se um formando teve um ensino-aprendizagem de Matemática deficiente em sua trajetória escolar, provavelmente ele será um docente com deficiência na prática educativa de Matemática em sua sala de aula. É possível que esse professor promova na sala de aula apenas o ensino dos números naturais, a continha de mais (adição) e a continha de menos (subtração).

O processo de ensino e aprendizagem da Matemática deve ser bem trabalhado nas escolas, para que futuramente os alunos não apresentem dificuldades graves, quanto a construção deficiente do pensamento lógico-abstrato. Atualmente o ensino da Matemática se apresenta descontextualizado, inflexível e imutável, sendo produto de mentes privilegiadas. O aluno é, muitas vezes, um mero espectador e não um sujeito partícipe, sendo a maior preocupação dos professores cumprir o programa. Os conteúdos e a metodologia não se articulam com os objetivos de um ensino que sirva à inserção social das crianças, ao desenvolvimento do seu potencial, de sua expressão e interação com o meio. (SCHNEIDER, 1998, p. 1).

[...] As dificuldades encontradas por alunos e professores no processo ensino-aprendizagem da matemática são muitas e conhecidas, por um lado, o aluno não consegue entender a matemática que a escola lhe ensina, muitas vezes é reprovado nesta disciplina, ou então, mesmo que aprovado, sente dificuldades em fazer relações com o dia a dia daquilo que a escola lhe ensinou, em síntese, não consegue efetivamente ter acesso a esse saber de

fundamental importância. O professor, por outro lado, consciente de que não consegue alcançar resultados satisfatórios junto aos alunos, e tendo dificuldades de, por si só, repensarem satisfatoriamente seu fazer pedagógico procuram novos elementos - muitas vezes, meras receitas de como ensinar determinados conteúdos - que, acreditam que possam melhorar este quadro. (SCHNEIDER, 1998, p. 1).

Para Nacarato, Mengali e Passos (2014), essas situações sugerem propostas de criação de ambientes em que os alunos possam construir conceitos matemáticos. Porém, as orientações gerais dadas aos professores pouco contribuem para o exercício profissional.

Sabe-se da importância da Matemática Escolar, principalmente nos anos iniciais do Ensino Fundamental. A Matemática é a base e o alicerce do Ensino-aprendizagem de/em qualquer disciplina e/ou projeto de vida em sociedade.

Pressupõe-se o quanto é valiosa a trajetória de vida de uma pessoa. Entre muitas idas e vindas o indivíduo vai costurando a sua trajetória sem saber o que lhe aguarda lá na frente. Muitas das vezes não percebe o quanto o seu lugar de pertencimento interfere no seu destino. Para Araújo (2010, p. 2): “[...] trabalhar com as crianças de maneira que sejam consideradas em seus contextos de origem, seu desenvolvimento e o acesso aos conhecimentos” é fundamental.

Skovsmose (2014) fala sobre o nascimento e, possível destino de duas crianças. Uma menina negra (Nthabiseng), nascida na zona rural, de família pobre que não havia frequentado a escola. A outra criança, um menino branco (Pieter), nascido na Cidade - 700 km de distância, de família abastada, graduada e aclamada na Universidade. E diz:

Que culpa essas crianças têm de ter nascido nas condições em que nasceram? Quem pode imputar-lhes alguma responsabilidade por serem da raça e do sexo que são, terem pais com a renda e a formação que seus pais têm, de viverem no local em que vivem? No entanto, as estatísticas sugerem que esses indicativos de seus *backgrounds* pessoais têm grande influência em seus futuros (SKOVSMOSE, 2014, p. 33).

Araújo (2010) e Skovsmose (2014), compartilham do mesmo pensamento/ideia quando falam dos “contextos de origem” dos estudantes, ou seja, seus *backgrounds*; da importância de se considerar esse lugar de fala / “meio” do indivíduo.

Nas publicações científicas de Educação Matemática é raro encontrar o relato de estudantes revoltados, fora de si, doentes ou psicóticos. Cenários de guerra, nunca são estudados. Existem aulas de Matemática lá? Não se veem estudos sobre a influência das condições de pobreza no dia a dia do aluno, seja na escola, seja em casa fazendo os deveres (SKOVSMOSE, 2014, p. 15).

As propagandas são senhoras das mentes que se tornam consumistas, consumidoras do supérfluo.

A cultura do consumo instaurada na sociedade e, acredita-se que já não tem cura! O remédio é proteger-se do mal vacinando-se com o conhecimento econômico-financeiro que é a grande salvação do dilúvio consumista.

Nada mais acertado do que o conhecimento oferecido “de berço”, quer dizer, desde a escola, lugar oficial de aquisição do conhecimento e aprendizagens diversas; portanto, as crianças das classes populares, merecem especial atenção. Até porque, em casa, dificilmente essas crianças terão exemplo de vida e/ou conversações que as estimulem, orientem. No caso da Educação Econômico-financeira, folga-se em saber que as escolas hoje têm esse privilégio de atribuir aos estudantes essas questões para que a sociedade se desenvolva, contando também com a sapiência das crianças/estudantes desde a tenra idade; ou seja, todos se beneficiam. As crianças por poderem atuar ativamente na sociedade de forma crítica, tomando decisões acertadas e contribuindo para o seu próprio crescimento; assim como o da sociedade, por poder contar com mais cidadãos, antes não “reconhecidos” para seu crescimento e bem-estar financeiro-econômico-social.

Para um maior entendimento dos parágrafos acima, propõe-se Skovsmose (2014, p. 35) que relata sobre a estreita relação sobre as noções de *foreground* e *background*. Para o autor, o *background* da pessoa influencia o seu *foreground*. Explicando melhor:

No caso de Nthabiseng e Pieter, seus *backgrounds* ajudam a moldar seus *foregrounds*. Certas tendências que fazem parte de seus *foregrounds* constituem também parte de seus *backgrounds*. Em todo caso, é importante estabelecer uma distinção fundamental entre as noções de *foreground* e *background*. O *foreground* da pessoa refere-se a tudo o que ela já viveu, enquanto que o seu *foreground* refere-se a tudo que pode vir a acontecer com ela. Enquanto o *foreground* da pessoa é algo em aberto, o *background*, de alguma

maneira, é algo que já se cristalizou no passado. (SKOVSMOSE, 2004, p. 35).

O ser humano é um ser integral, em sua essência. Dessa forma, é necessário que a escola forme seres “completos”, ou seja, cultural, social, político e por que não economicamente? As crianças, por serem seres políticos, sociais, culturais, também possuem uma consciência econômica.

As crianças, apesar de pequenos seres, possuem inteligência, são seres humanos assim como os adultos. Por esse motivo, capazes de pensar economicamente e de realizarem feitos de forma consciente e inteligentemente.

Esses são alguns dos motivos que levam a acreditar que a criança é capaz sim de exercer uma consciência econômica, de tomar decisões conscientes, economicamente falando, de educarem-se financeiramente; enfim, terem mentes e pensamentos econômicos.

Dos Anjos, Santos e Pessoa (2017), trazem em seu texto “Do exercício aos Cenários para Investigação”, escritas bem esclarecedoras sobre o assunto. Elas mencionam o como trabalhar a EF - é dessa forma que se referem o tempo todo à Educação Financeira - na sala de aula e dão exemplos de aplicação das atividades. As autoras, à luz dos ambientes de aprendizagem de Skovsmose (2000; 2014), mostram os seis ambientes propostos e exemplificados pelo autor e também por elas mesmas.

Pressupõe-se que as análises realizadas de algumas atividades expostas e classificadas à luz dos Cenários para Investigação de Skovsmose, sempre com um olhar atento, crítico e investigador, tenham sido compreendidas. Dos Anjos, Santos e Pessoa (2017), sustentam a importância de um docente preocupado com sua prática cotidiana, atentos com uma formação contínua que se adeque à sociedade atual instrumentalizando-se e, conseqüentemente, instrumentalizando os estudantes com atividades que os levem a reflexões constantes de forma a agirem de modo consciente, crítico, democrático; pois,

discuto aprendizagem como ação e ênfase a importância de estabelecer as intenções dos alunos os elementos que dirigem o processo de aprendizagem. Um sujeito crítico tem que ser um sujeito que age. [...] Um sujeito crítico é também um sujeito reflexivo (SKOVSMOSE, 2000, p. 20).

O professor mediador de posse dessas ferramentas é capaz de dar rumos

totalmente diferentes a atividades classificadas em um Cenário para Investigação, deslocando-se de um ambiente para outro de maior interesse no que se refere a Educação Financeira, mais reflexivo e questionador, de modo que a sala de aula tenha momentos de troca, de interação, de tomadas de decisões, de situações problemas, proporcionando um efetivo ensino aprendizagem em uma perspectiva crítico-reflexiva. Dos Anjos, Santos e Pessoa (2017), dizem que: “Nos cenários para investigação, podemos perceber o quão ricas podem ser as respostas, as trocas e reflexões diante das questões pelos alunos e como o papel do professor mediador se faz importante para a construção desse ambiente”, pois:

Ao adentrar em um, *cenário para investigação*, o professor sai de sua zona de conforto (saber o que fazer e como decidir o que seria certo ou errado em uma sala de aula) e passa para a zona de risco (na qual surgem as incertezas e o que certo ou errado torna-se obsoleto) (DOS ANJOS; DOS SANTOS; PESSOA; 2017, p. 173).

SKOVSMOSE (2000), convida os estudantes a saírem do tradicionalismo instaurado no espaço escolar e mergulharem no mar de exploração e argumentação vivenciados no interior dos Cenários de Investigação.

Tradicionalismo X Crítica/Democracia

Exercícios X Investigação

O trabalho com Projetos é ótima opção para engendrar Cenários de Investigação, isso engloba também os alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental que é o foco deste trabalho. Segundo Skovsmose (2000, p. 1), “O trabalho com projeto está localizado num ambiente de aprendizagem que difere do paradigma do exercício. É um ambiente que oferece recursos para fazer investigações”. O autor atenta à fluidez entre os ambientes de aprendizagem tanto verticalmente quanto horizontalmente.

Vertical:

Referência à matemática pura



Referência à semi-realidade



Referência à realidade

Horizontal:

Referência à matemática pura + exercícios → Referência à matemática pura + cenários de investigação → Referência à semi-realidade + exercícios → Referência à semi-realidade + cenários de investigação → Referência à realidade + exercícios → Referência à realidade + cenários para investigação.

No Quadro 3 vemos os ambientes de aprendizagem pensados por Skovsmose (2000) de forma resumida.

Quadro 3: Ambientes de Aprendizagem de Skovsmose (2000)

	Exercício	Cenários para Investigação
Referência à matemática pura	(1)	(2)
Referência à semi-realidade	(3)	(4)
Referência à realidade	(5)	(6)

Fonte: Skovsmose (2000, p. 8).

Na Tabela 2, vemos o Cenário para Investigação de Skovsmose com seus ambientes de aprendizagem e suas características descritas e exemplificadas pelo autor e, exemplificadas também por Santos e Pessoa (2016) com suas próprias ideias e/ou pensamentos.

TABELA 2: Cenários para Investigação de Skovsmose

AMBIENTES	DESCRIÇÃO CARACTERÍSTICA (SKOVSMOSE, 2000)	PROPOSTOS EXEMPLIFICADOS POR (SKOVSMOSE 2000)	PROPOSTOS EXEMPLIFICADOS POR (SANTOS; PESSOA, 2016)						
1 Referência à matemática pura + exercícios	Paradigma do exercício no contexto da matemática pura.	$(16 - 25) - (18 - 23) =$	As autoras compreendem que nesse ambiente não há um contexto.						
2 Referência à matemática pura + Cenário para Investigação	Ambiente que envolve números e figuras geométricas/ investigações matemáticas	<table border="1"> <tbody> <tr> <td>22</td> <td>23</td> <td>24</td> </tr> <tr> <td>32</td> <td>33</td> <td>34</td> </tr> </tbody> </table> <p>$F = a.c - b.d$ $F = 22.34 - 24.32 = 20$</p> <p>E se...? / O que acontece se...?</p>	22	23	24	32	33	34	As autoras dizem que é complicado pensar em uma atividade de EF para esse ambiente; pois também há ausência de um contexto, assim como no ambiente 1.
22	23	24							
32	33	34							

<p>3 Referência à semi – realidade + exercícios</p>	<p>Constituído por exercícios por exercícios com referências à semi-realidade.</p>	<p>Um feirante vende maçãs à \$0,85 o kg. Por sua vez, o feirante B vende 1,2 kg por \$1,00. (a) Qual feirante vende mais barato? (b) Qual é a diferença entre os preços cobrados pelos dois feirantes por 15 kg de maçãs?</p>	<p>Em uma loja, uma geladeira que custava R\$1000,00 está sendo vendida com 50% de desconto. Qual o valor, em reais, do desconto? Quando um comprador economizaria, comprando duas geladeiras após o desconto, em comparação com o preço original? (SANTOS, PESSOA, 2016b, p. 39).</p>																																																																						
<p>4 Referência à semi – realidade + cenários para investigação</p>	<p>Também contém referências a uma semi – realidade, mas agora ela não é usada como recurso para a produção de exercícios: é um convite para que os alunos façam explorações e explicações.</p>	<p>“Uma corrida de grandes cavalos” A pista decorrida é desenhada na lousa e onze cavalos estão prontos para iniciar. Dois dados são jogados; a partir da soma dos números tirados, marca-se uma cruz no diagrama. A soma 6 apareceu 3 vezes, mais vezes que as outras somas. O cavalo 6, portanto, tornou-se o grande vencedor, seguido pelos cavalos 7 e 10.</p> <table border="1" data-bbox="667 831 1114 1003"> <tbody> <tr><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td>x</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td>x</td><td></td><td></td><td></td><td>x</td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td>x</td><td>x.</td><td></td><td></td><td></td><td>x</td><td>x</td><td>x</td><td>x</td><td>x</td><td></td><td></td><td>x</td><td></td></tr> <tr><td>3</td><td>4</td><td>5</td><td>6</td><td>7</td><td>8</td><td>9</td><td>10</td><td>11</td><td>12</td><td>2</td><td></td><td></td><td></td></tr> </tbody> </table>																				x														x				x					x	x.				x	x	x	x	x			x		3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	2				<p>Um jogo com situações de vida real ou a simulação de um minimercado, em sala de aula, por exemplo, nos quais os alunos pudessem agir como compradores, tomando decisões, dentre as quais estariam a comparação de preços, o pensamento sobre qual produto seria mais adequado comprar, a depender das situações específicas vivenciadas por cada um dos alunos; a escolha entre uma marca ou outra e o porquê dessa escolha, etc.</p>
					x																																																																				
					x				x																																																																
x	x.				x	x	x	x	x			x																																																													
3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	2																																																															
<p>5 Referência à realidade + exercícios</p>	<p>Constituído por exercícios baseados na vida real.</p>	<p>Diagramas representando o desemprego podem ser apresentados como parte do exercício, e, com base, podem ser elaboradas questões sobre períodos de tempo, países diferentes etc.</p>	<p>A apresentação de dados reais, em sala de aula, sobre o valor dos juros cobrados em um cartão de crédito e a quantidade de pessoas que utilizam essa ferramenta, por mês, em um ano, por exemplo, para a partir dele serem desencadeadas perguntas tais com em qual mês as pessoas utilizaram mais o cartão de crédito; o valor do pagamento de determinado produto, após os juros cobrados pelo cartão de crédito e etc. (SANTOS; PESSOA 2016b, p. 41-42).</p>																																																																						
<p>6 Referência à semi – realidade + cenários para investigação</p>	<p>Baseado na vida real. Trabalho de Projeto.</p>	<p>“O projeto “Energia” concentrou-se sobre o input-output” de energia. Como introdução os estudantes calcularam a quantidade de energia em certos tipos de café da manhã (a energia foi medida em Kj). Então, usando fórmulas oriundas de pesquisas sobre esporte, foi calculada a quantidade de energia gasta durar e uma determinada viagem de bicicleta. As fórmulas expressavam o uso da energia em função de parâmetros diferentes como velocidade, tipo de bicicleta e “área frontal” do ciclista. Dessa forma, eles foram introduzidos a ideia de fazer um modelo de “input-output” para energia.</p>	<p>A mobilização dos alunos para realizarem um bazar e, com o dinheiro arrecadado, fazer compras para doar a uma instituição de caridade. (SANTOS; PESSOA 2016b, p.42).</p>																																																																						

Fonte: Organizada pela autora.

Skovsmose (2000) não quer classificar cada paradigma, cada ambiente, mas, aparelhar noções dos ambientes de aprendizagem com o intuito de incitar argumentações acerca de modificações no ensino da Matemática. Para Skovsmose (2000, p. 18): “O movimento entre os diferentes ambientes possíveis de aprendizagem e a ênfase especial no cenário para investigação causarão um grau elevado de incerteza. A meu ver, a incerteza não deve ser eliminada. O desafio é enfrentá-la”.

Sendo assim propõe-se levar nesses ambientes fluidos, ligados entre si pelos docentes, deslocando-os da zona de conforto para a zona de risco/conflito e, conseqüentemente, transportar o aluno da tradicionalidade para o ambiente construtivista investigativo, democrático, crítico, levantando questões, criando possibilidades, propondo situações e argumentando. Por esse motivo, os ambientes de aprendizagem e os cenários para investigação de Skovsmose (2000) tem a premissa de sugerir momentos de ensino aprendizagem e, efetivamente concretos, propondo uma Educação Matemática crítica, a matemática de Skovsmose (2000, p. 2) nessa realidade tão dura que vive a sociedade atual. “Nos cenários de investigação, podemos perceber o quão ricas podem ser as respostas, as trocas e reflexões diante das questões pelos alunos e como o papel do professor mediador se faz importante para a construção desse ambiente” (DOS ANJOS; DOS SANTOS; PESSOA, 2017, p. 179).

É nesse contexto que se quer contribuir para uma sociedade pluralista, para esse mundo complexo de forma a torná-lo mais justo e igualitário. Através de cidadãos bem-informados com a tecnologia e a informação da matemática cidadã.

5. A EDUCAÇÃO FINANCEIRA E A FORMAÇÃO DOCENTE

A formação do professor é crucial para garantir que as crianças tenham acesso a uma educação de qualidade. Os professores são os responsáveis por fomentar o conhecimento e habilidades nos estudantes, por estimular o pensamento crítico e a curiosidade, e por ajudar a preparar os estudantes para o futuro. Por isso, é importante que eles sejam bem preparados e tenham a formação adequada. Essa deve abranger uma sólida base teórica e prática em sua disciplina de ensino. O que inclui conhecimento geral sobre o assunto que eles irão ensinar, bem como habilidades pedagógicas para proferir esse conhecimento de forma clara e efetiva. Freire (1996, p. 95) afirma: “Como professor não me é possível ajudar o educando a superar a sua própria ignorância se não supero permanentemente a minha. Não posso ensinar o que não sei”.

A boa formação do professor é primordial para que ele saiba conduzir o debate com eficácia. Levantar argumentos, responder à questões, problematizar as conversações, possivelmente surgidas com criticidade, é primordial. A democracia e a crítica são relevantes à troca entre professor e alunos quando se trata de formação de opiniões, de caráter de cidadãos conscientes.

A escola necessita ter o aluno sempre como seu alvo principal, o epicentro do sistema educacional, visando permanentemente sua inserção de forma crítica na sociedade atual. Sendo assim, nessa sociedade complexa, Araújo reflete que: “o capitalismo industrial de produção foi substituído pelo capitalismo financeiro, que privilegia o mercado consumidor” (2010, p. 135). Urge por se alfabetizar não somente os adultos, mas principalmente as crianças para se “defenderem” dos ataques do mercado econômico-financeiro.

Ainda é penosa a jornada de trabalho desses profissionais para que possam ter um salário digno e viverem dignamente. Na maioria das vezes, trabalham três turnos diários para comporem sua renda. Essas jornadas duplas e, às vezes, triplas, somadas às suas vidas pessoais, de donas (donos) de casa, mães (pais) de família etc., as(os) levam a níveis de estresse físico e mental que reverberam em suas vidas profissionais.

A partir dessas concepções, percebe-se que o educador se restringe de tal forma que não dispõe de tempo hábil para formações adicionais que contribuam para

seu crescimento profissional. Consequentemente, não se atualizaram com as novas propostas de ensino-aprendizagem que favorecem o desenvolvimento integral do educador e do educando.

A formação do professor deve ser contínua, isso inclui acesso a recursos, treinamentos e programas de certificação para manterem-se atualizados sobre as últimas tendências e tecnologias em educação, o uso de software de aprendizagem, recursos online, ferramentas de avaliação, habilidades interpessoais e de liderança, comunicação eficaz, gerenciamento de conflitos e trabalho em equipe, terem acesso a oportunidades de desenvolvimento profissional ao longo de suas carreiras.

A capacitação dos docentes é imprescindível para assegurar que as crianças recebam uma educação de excelência. A formação dos professores deve incluir uma base sólida teórica e prática em sua disciplina de ensino, com o uso de estratégias apropriadas para o nível de desenvolvimento, motivando o interesses dos estudantes. É importante que o professor conheça seus alunos, compreenda suas necessidades para garantir que o ensino-aprendizagem seja eficaz.

O educador marcado pela desvalorização de sua “profissão” tende a desencorajar-se ou desanimar-se de lutar em favor dela por desacreditar no sistema. A falta de políticas educacionais no universo escolar, a falta de infraestrutura, na maioria das vezes, não dá oportunidade nem a ele e nem aos estudantes de terem um ensino-aprendizagem de qualidade. Torna-se difícil desenvolver um trabalho de excelência se não se tem condições favoráveis e necessárias que causem o bem-estar geral; emocional, financeiro, social, qualificação e apoio externo e interno.

O ensino-aprendizagem também deve ser divertido e desafiador. Quando os estudantes estão interessados e envolvidos, eles são mais propensos a reterem e utilizá-los em situações favoráveis. Além disso, quando os estudantes são desafiados, eles expandem suas habilidades e pensam de forma criativa, o que é valioso para o seu desenvolvimento a longo prazo. O ensino-aprendizagem pode ser uma experiência colaborativa, pois, o trabalho em conjunto, desenvolve competências de trabalho em equipe que melhoram sua capacidade de resolver problemas tanto individuais quanto coletivos. Além disso, a colaboração pode ajudar a construir relacionamentos positivos entre os estudantes, a compaixão, capacidade de se colocar no lugar do outro, o que é importante para o desenvolvimento de relacionamentos saudáveis, ou seja, a empatia; a promoção de uma cultura de apoio e inclusão na sala de aula.

Basicamente, o ensino-aprendizagem é um processo crítico para garantir que as crianças tenham acesso a uma educação de qualidade. É interessante que o ensino-aprendizagem ajude os estudantes a desenvolverem a autoconsciência, ou seja, a compreensão de suas próprias habilidades, interesses e estilo de aprendizagem.

Pessoa (2018) e Campos (2012) são dois autores que discutem a importância da educação integral na formação dos estudantes. Já Pessoa (2018) destaca que a educação integral deve ir além do ensino de conteúdos curriculares, englobando também aspectos sociais, culturais e emocionais dos estudantes. A autora enfatiza que a educação integral é uma abordagem que visa formar cidadãos críticos, reflexivos e atuantes na sociedade, capazes de lidar com os desafios do mundo contemporâneo.

Para a autora (PESSOA, 2018), a educação integral deve ser trabalhada de forma integrada, envolvendo todas as áreas do conhecimento e buscando a interdisciplinaridade. A autora destaca que é importante que os estudantes possam vivenciar experiências que os estimulem a pensar, a questionar e a buscar soluções criativas para os problemas que enfrentam.

Campos (2012), destaca a importância da educação integral para a promoção da equidade social. O autor enfatiza que a educação integral deve ser vista como um direito de todos os estudantes, independentemente de sua condição socioeconômica, raça, gênero ou orientação sexual.

Campos (2012) reflete ainda que, a educação integral deve englobar não apenas a dimensão cognitiva, mas também a dimensão socio-afetiva e cultural dos estudantes. O autor destaca que é fundamental que a escola seja um espaço acolhedor e seguro, onde os estudantes possam expressar suas identidades e diferenças sem serem discriminados.

Ambos os autores destacam que a educação integral é uma abordagem que visa formar cidadãos críticos, reflexivos e atuantes na sociedade. Para isso, é fundamental que a educação vá além do ensino de conteúdos curriculares e busque trabalhar aspectos sociais, culturais e emocionais dos estudantes. Além disso, a educação integral deve ser vista como um direito de todos os estudantes, promovendo a equidade social e valorizando as diferenças e identidades de cada um. Nessa Educação integral inclui-se a Educação Financeira Escolar, também responsável pelo indivíduo político, social, cultural e economicamente formado.

Presume-se que um dos papéis fundamentais do professor mediador na Educação Financeira é a promoção de reflexões socioeconômicas e financeiras para as

devidas tomadas de decisões conscientes.

É importante ressaltar que suas práticas devem ir além dos livros didáticos. Porém, é sabido também que eles precisam de instrumentalização para exercerem seu papel de educador. Apesar de ser dever do Estado instrumentalizar o professor para o seu exercício laboral, o próprio docente pode rever a sua prática diária e ir em busca de uma formação adequada afim de que possa alavancar o seu papel de professor mediador no processo ensino-aprendizagem.

Kistemann (2017) fala do tradicionalismo do ensino, das aulas expositivas que colaboram para a manutenção dos estudantes na zona de conforto. É necessário a vivacidade docente com uma metodologia crítica para adaptar a proposta de Educação Financeira e matemática reflexivamente no âmbito escolar de forma que a temática engaje os estudantes em habilidades e competências de planejamento econômico-financeiro-sociais, orçamentos domésticos, situações-problemas diversos, investigações e tomadas de decisões conscientes, capacitados para viverem em sociedade de maneira mais amena e justa.

É fato que o ensino tradicional que, há tempos, vem sendo utilizado como prática na sala de aula e tem seu valor, com aulas expositivas e provas periódicas deverá ceder lugar para práticas interdisciplinares, com a mediação do conhecimento do professor de Matemática em denominados, por Skovsmose (2008), Cenários para Investigação. A participação em Cenários para Investigação deve ser um convite para que os estudantes busquem sair de sua zona de conforto. (KISTEMANN, 2017, p. 43).

Segundo o autor, não há necessidade de os exercícios serem extintos, porém, situações de semi-realidade e situações reais têm cruciais relevâncias.

6. ANÁLISES DOS RESULTADOS DAS PESQUISAS MAPEADAS E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA ESTA PESQUISA

Neste capítulo, os cinco textos analisados serão revistos sob outra perspectiva, a da análise de seus resultados e as conseqüentes contribuições desses resultados observados para esta pesquisa.

TEXTO:

Desvelando Diálogos Entre Educação Financeira e Educação Matemática Crítica: uma Pesquisa Envolvendo Dissertações de Mestrados Profissionais

Assis e Torisu (2021)

Os autores Assis e Torisu (2021) compreenderam em suas pesquisas que a Educação Financeira é um tema de crucial importância dentro do cenário acadêmico da sociedade atual, que é uma temática em voga nas leis que se propõem em falar sobre a mesma como por exemplo, a ENEF, BNCC, OCDE.

Os autores identificaram a Educação Financeira como contribuinte na construção do conhecimento econômico-financeiro, no trato com o dinheiro e na tomada de decisões de indivíduos que percebem como novos cidadãos. Nos aspectos sociais, políticos e financeiros. Perceberam ainda o diálogo entre a Educação Financeira e a Educação Matemática Crítica como fortes aliadas no ensino-aprendizagem e na construção da criticidade do estudante quanto aos backgrounds e foregrounds. Apesar de importantes pilares para o desenvolvimento das pesquisas, são poucas as incitações sobre esses temas. Notaram que as incitações sobre zona de risco e zona de conforto, os conceitos de backgrounds, foregrounds e cenários para investigação no interior da pesquisa são poucas e é necessário maior relevância e profundidade sobre os temas.

CONTRIBUIÇÕES PARA A MINHA PESQUISA

Para a minha pesquisa, houve boas contribuições dos autores. Suas investigações e identificações foram bastante pertinentes para a temática de Educação Financeira nos anos iniciais, pois os mesmos também comentam a importância do tema em toda a Educação Básica.

Compactuo com os autores ao dizerem que “uma pessoa que em um processo de (re)educação financeira tem possibilidade de desenvolver sua capacidade crítica, podendo interpretar melhor as situações de cunho financeiro-econômico.

TEXTO:

Educação Financeira no Ensino Médio: uma análise de atividades didáticas relacionadas a séries periódicas uniformes sob o ponto de vista da Educação Matemática Crítica

Hartmann, Mariani e Maltempi (2021)

Os autores destacam o quanto é significativo os estudantes vislumbrarem a cumplicidade entre a Educação Financeira e da Educação Matemática Crítica no favorecimento das escolhas econômico-financeiras e nas tomadas de decisões além de permitirem reflexões sobre suas realidades em seu cotidiano. Saliendo ainda os aspectos não matemáticos, como os socioculturais ou comportamentais no seu dia-a-dia também para o desenvolvimento do Planejamento financeiro. Hartmann, Mariani, Maltempi (2021) relatam o quanto o tema Educação Financeira é fundamental e pertinente na atual sociedade em vistas a uma população mais confiante de si no que se refere às tomadas de decisões e trato com o dinheiro.

Esse trabalho também move assuntos no contexto de Educação Financeira, produz reflexões sobre tomada de decisões embasada em alegações matemáticas e não matemáticas.

CONTRIBUIÇÕES PARA A MINHA PESQUISA

A significância desses resultados para a minha pesquisa foi imprescindível. Mas uma vez vê-se a relevância do tema para a sociedade atual onde o consumismo reverbera estonteando a população e tornando-os cada vez mais vitimados.

A consumação dos autores referente a cumplicidade da Educação Financeira e

da Educação Matemática Crítica no desenvolvimento de cidadãos críticos em busca de liberdade financeira é de um tom bastante favorável para todos.

Os temas retratados no trabalho colaboraram para a segurança na escrita desta pesquisa, na qual a Educação Financeira Escolar tem primazia. A Educação Matemática Crítica e a Matemática Financeira evidenciam suas importâncias juntamente com os conteúdos do currículo no ambiente escolar dando subsídios para o desdobramento da Educação Financeira.

A defesa da transversalidade da Educação Financeira “percorrendo” todas as disciplinas do currículo também foram pontos positivos colaborando para a construção de uma sociedade democrática.

TEXTO:

Atividades de Educação Financeira a partir da perspectiva dos Ambientes de Aprendizagem de Skovsmose

Santos e Pessoa (2019)

Santos e Pessoa (2019) em suas pesquisas analisaram os livros didáticos do PNLD (2016) e puderam afirmar que nos livros do 1º ao 3º ano, a quantidade de atividades na perspectiva da semirrealidade e da realidade dos cenários para investigação de Skovsmose são, potencialmente, positivas. Porém, para as autoras perspectivas reais de Educação Financeira não são uma realidade consistente nas atividades mapeadas. Ainda são necessárias mais atividades concernentes à EFE com abordagens voltadas para a reflexão e criticidade; é preciso investir na inserção das mesmas.

Há necessidades de pesquisas futuras com mais profundidade da Matemática, mais discussões pertinentes e efetivas e levantamentos de questões também pelos professores no ambiente escolar de forma produtiva e favorável ao aluno.

CONTRIBUIÇÕES PARA A MINHA PESQUISA

Toda essa análise trouxe realidades efetivas sobre a Educação Financeira trabalhada nas salas de aula, principalmente nos livros didáticos que, na versão das autoras, ainda não são suficientes e nem trazem uma quantidade de discussões que

agreguem um real cenário de Educação Financeira.

Relatam uma enorme discrepância entre as atividades que proporcionam um levantamento de questões que levam à reflexões e, conseqüentemente, à tomadas de decisões e análises construtivas sobre situações financeiro-econômicas e àquelas que, simplesmente, ficam no rol de exercícios; sendo essas últimas maiores.

Nesse propósito, contribuições desse artigo nos trouxe entendimentos econômico-financeiros e de situações matemáticas e não matemáticas que colaboram para a tomada de decisão do estudante e para a prática pedagógica do professor mediador. Essas “contribuições” na pesquisa, dão visão esclarecedora sobre o tema enriquecendo o texto e a compreensão do leitor.

TEXTO:

Temáticas de educação financeira escolar nos anos iniciais do ensino fundamental: como são apresentadas em livros didáticos de matemática

SANTOS e PESSOA (2020)

Nesse artigo de Santos e Pessoa (2020), tem objetivos parecidos ao texto anterior. As autoras objetivam identificar nas atividades de livros didáticos aquelas que eram qualificadas para discussão de Educação Financeira Escolar; pois algumas são, simplesmente, voltadas para exercícios sem “potencial” para levantar reflexões e/ou questionamentos que justifiquem situações econômico-financeiras.

Santos e Pessoa (2020) identificaram que nos livros de matemática (1º e 3º nos) o número de atividades envolvendo a Educação Financeira Escolar é bem maior do que nos livros de matemática do (4º e 5º anos). Na pesquisa em questão eram conseqüentemente, 11 e 3 temáticas identificadas e falam da precisão de uma diversificação maior para um trabalho mais eficaz.

As autoras relatam que, apesar dessas temáticas levantarem discussões enriquecedoras de Educação Financeira Escolar, falta um maior aprofundamento nas orientações para o professor. Propõe-se que boas e enriquecedoras temáticas dependem de um professor bem informado que levante discussões que levem à criticidade e à reflexão do estudante e, sem as quais não tem um ambiente de Educação Financeira favorável ao aluno para tomadas de decisões conscientes.

Dessa forma, um manual para o professor com contribuições e bem elaborado

é capaz de dar subsídios do professor para uma mediação efetiva. Santos e Pessoa (2020) alertam que o manual do professor também é um formador, também é uma forma de capacitar o docente para uma intervenção pedagógica com aporte benéfico. Propõem que as atividades dos livros didáticos podem retratar a vida real de forma que os alunos se orientam ou se reportem a elas em seu cotidiano.

CONTRIBUIÇÕES PARA A MINHA PESQUISA

Santos e Pessoa (2020) deram um grande suporte para essa pesquisa, principalmente, no que se refere aos produtos educacionais. Foi um valioso subsídio tanto na escrita do Produto Educacional para as crianças quanto para o Produto Educacional para os professores, que foi justamente um manual. Como as mesmas falaram: “nesse sentido, o manual do professor é uma das ferramentas que dá subsídios ao docente e precisa ser explorado ao máximo [...] visto que um dos seus papéis é o de formar continuamente o professor”.

Ademais, o fato de saber identificar as temáticas de Educação Financeira e elementos importantes para o desenvolvimento de atividades com competência de serem abordadas pelo docente e explorá-la ampliando a visão dos estudantes para agirem reflexivamente para uma construção financeiro-econômica que favoreça uma vida saudável.

6.1 Conclusão

No mapeamento dos artigos foi possível perceber várias contribuições para a pesquisa em questão.

O uso do dinheiro e aplicações, a necessidade do planejamento, orçamentos em geral, principalmente o doméstico, investimentos, consciência ambiental, tomadas de decisões conscientes e assertivas para uma vida mais saudável e o bem-estar individual e coletivo, são questões bem presentes nas considerações em geral.

A importância da MF no contexto da Educação Financeira como aliadas nas questões sócio-econômico-financeiras, em prol de uma sociedade informada que se posiciona criticamente frente a questões de aquisições e compras; onde as decisões são feitas através de questionamentos e críticas sobre o mercado consumista e capitalista.

Nos artigos mapeados, haviam questões de Educação Financeira com temas

sobre juros, taxas, porcentagem e cálculos em geral. Os conteúdos de Matemática Financeira foram utilizados para que os estudantes conseguissem resolver as questões levantadas pelos professores.

A abordagem de conteúdos matemáticos e não matemáticos, como atitudes e valores pessoais e familiares, emoções etc. são “abordados” considerando aspectos psicológicos sofridos muitas vezes por tomadas de decisões impensadas que geraram transtornos de consumismo exacerbado e/ou endividamentos inoportunos.

Os estudos de casos e situações problemas também são considerados grandes aliados juntamente com os conteúdos de Matemática contidos no currículo.

No ambiente de Educação Financeira crítica escolar, onde a Educação Financeira está no contexto desses trabalhos com primazia, viu-se que todos falam do pouco tempo de pesquisa e a nada expressiva quantidade de trabalhos existentes sobre o tema. Nas pesquisas levantadas, foram encontradas em maior número para o Ensino Médio e dos anos finais do Ensino Fundamental. Nos anos iniciais e no Ensino Superior são poucas as pesquisas sobre esse tema; as abordagens nos livros didáticos dos anos iniciais e anos finais do Ensino Fundamental como é sugerido e seu potencial em relação a EFE (Educação Financeira Escolar).

Nas pesquisas analisadas, observou-se que a Educação Financeira é um importante tema para ser difundido nas escolas, e que isso torna os estudantes cidadãos mais preparados para a sociedade capitalista que vivemos. Proporciona uma liberdade e criticidade além de corroborar para a construção de conhecimentos econômico-financeiros que os capacitam para uma vida financeira mais saudável; pautados tanto em aspectos matemáticos quanto em aspectos não-matemáticos. Contribui ainda para discussões referenciais de compras e planejamentos financeiros econômicos no ambiente escolar, preparando estudantes mais conscientes e sustentáveis financeiramente.

A Matemática, a Matemática Financeira e a Matemática crítica estão presentes e constantemente colaborando com a EF. A compreensão desses conceitos pode dar aporte a tomadas de decisões na perspectiva da Educação Financeira.

Todos esses aspectos foram bastante positivos e corroboraram demasiadamente para o desenvolvimento de nossa pesquisa. Nos trouxeram experiências, conhecimentos e deram segurança para falar sobre um tema tão valioso e de tamanha importância para a escola e para a sociedade. Constatou-se que as perspectivas de EFE são por demais positivas no desenvolvimento do pensamento

crítico em relação ao consumo.

Implicações positivas no desenvolvimento de atividades de EF no decorrer das pesquisas mapeadas também deram subsídios na construção do pensamento e desenvolvimento da escrita desse trabalho.

A EF como já dissemos antes, é uma temática recente que tem propiciado relevantes discussões no panorama acadêmico; tanto dentro, quanto fora dele. Vimos o favorecimento da Educação Financeira conectada com a EMC (Educação Matemática Crítica) nas salas de aula de matemática com os cenários para investigação de Skovsmose e as oportunidades do professor sair da zona de conforto para a zona de risco.

Enfim, propõe-se que a Educação Financeira, a Matemática Financeira e a Educação Matemática Crítica dialogam entre si corroborando com as situações econômico-financeiras e criando possibilidades de pessoas mais críticas para lidar com situações de tomadas de decisões financeiro-econômicas, conscientes de sua cidadania.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Penso, após esta jornada qualitativa com a realização desta pesquisa que sustentou teoricamente os produtos educacionais construídos (como etapa necessária para a conclusão do mestrado), que houve êxito parcial na realização de seu objetivo, qual seja, colaborar para o cenário acadêmico e escolar com a realização de uma pesquisa bibliográfica, qualitativa, sobre Educação Financeira, em particular, a Educação Financeira Escolar e suas contribuições para a vida socioeconômica dos estudantes dos anos iniciais.

Apesar de considerar que a pesquisa bibliográfica está feita e que ainda há muito que ser pesquisado sobre a temática, o êxito parcial vem da não aplicação dos Produtos Educacionais em sala de aula. Devido à pandemia de Covid-19, muitos elementos da pesquisa tiveram que ser revistos e reconfigurados.

Em seis capítulos discorro sobre a pesquisa realizada. Começo com uma apresentação de minha história e da pesquisa, que compreendo trazer elementos importantes que justificam a escolha da temática, além de trazer objetivo, delimitação do tema, pergunta, etc.; em seguida trago um capítulo de revisão de literatura, no qual realizo a pesquisa bibliográfica com uma varredura da literatura sobre Educação Financeira nos Anos Iniciais; nos três capítulos seguintes, realizo a construção do referencial teórico do trabalho; para finalmente encerrar com uma análise dos trabalhos mapeados e suas contribuições para a pesquisa.

Com as leituras realizadas de forma crítica, faço algumas considerações sobre a Educação Financeira Escolar nos anos iniciais. Primeiramente, sim, é possível que as crianças tenham ingerência sobre suas ações financeiras e se auto eduquem financeiramente, e ao mesmo tempo influenciem seus familiares. A educação financeira escolar pode fornecer às crianças as habilidades e conhecimentos necessários para gerenciar suas finanças pessoais de forma responsável e consciente. Quando essas crianças aplicam esses conhecimentos em suas vidas cotidianas, elas podem se tornar modelos para seus familiares e influenciá-los a adotar práticas financeiras mais saudáveis.

A Educação Financeira pode influenciar criticamente as crianças, levando-as a tomarem decisões financeiras conscientes, ajudarem a desenvolver habilidades como planejamento, orçamento, poupança e investimento, que são fundamentais para a tomada de decisões financeiras responsáveis e conscientes. Além disso, a educação

financeira pode ajudar as crianças a entenderem a importância de equilibrar seus gastos e receitas, evitarem dívidas desnecessárias e economizarem para atingir seus objetivos financeiros de longo prazo. Com essas habilidades, as crianças podem tomar decisões financeiras mais informadas e críticas, que beneficiem tanto a si mesmas quanto suas famílias e comunidades.

Percebo que através desse estudo e, igualmente, através de seus Produtos Educacionais, é possível precaver essas pessoas, trazendo-as à sua realidade, desafiando-as a refletir sobre suas ações financeiras. Por isso, entendo ser importante a aplicação dos PEs nas escolas e que seja feita uma validação de seus efeitos, assim como uma discussão sobre o seu aprimoramento. Estas etapas serão posteriores ao encerramento deste trabalho.

Sei que ainda há muito o que fazer em uma sociedade que está extremamente endividada e envolvida por um sistema bancário que sequestra futuros tornando a realidade dos brasileiros desigual. Diante disso, construí produtos educacionais que alertassem os indivíduos em etapa escolar (e seus professores) sobre os perigos de não se envolverem criticamente com suas decisões financeiras.

Podemos concluir que a educação é uma parte fundamental do desenvolvimento humano e a matemática e a formação do professor são componentes críticos desse processo. A Matemática é uma disciplina valiosa que fornece ferramentas importantes para a resolução de problemas e a tomada de decisões informadas na vida cotidiana. Além disso, o ensino da matemática nos anos iniciais é fundamental para o desenvolvimento de competências críticas e de pensamento.

Por outro lado, a formação do professor é igualmente importante para garantir que os estudantes tenham acesso a uma educação de alta qualidade. Professores capacitados são essenciais para garantir que o ensino-aprendizagem seja eficaz, personalizado, divertido, desafiador, colaborativo, uma oportunidade valiosa para os estudantes desenvolverem sua autoconfiança, autoconsciência, habilidades sociais e emocionais, habilidades críticas e de pensamento.

A Educação financeira e a formação do professor são componentes críticos da educação e são fundamentais para garantir que as crianças tenham acesso a uma educação completa, inestimável. Investir em uma educação de alta qualidade é uma decisão importante que pode ter um impacto duradouro na vida das crianças e na sociedade como um todo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AEF-BRASIL, 2017. Disponível em: <https://www.vidaedinheiro.gov.br/ensino-fundamental-apresentacao/?doing_wp_cron=1683834798.6524279117584228515625> Acesso em: 11 mai. 2023.

ALMEIDA, A. C. **Trabalhando Matemática financeira em uma sala de aula do ensino médio da escola pública**. 2004. 124f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 2004. Disponível em: <https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/api/assets/d9181e60-3a78-4f6b-bb48-7c38423d1383/>. Acesso em: 10 mai. 2023.

ARAÚJO, R. B. O pensamento econômico das crianças: para iniciar o debate. **Revista Tecer**, Belo Horizonte, v. 3, n. 5, p. 135-151, 2010. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/276838401_O_Pensamento_Economico_das_Crianças_Para_Iniciar_o_Debate/fulltext/55d944b208ae9d65948fafb8/O-Pensamento-Economico-das-Crianças-Para-Iniciar-o-Debate.pdf. Acesso em: 09 mai. 2023.

ARAUJO, Fernando Cosenza; CALIFE, Flavio Estevez. A história não contada da Educação Financeira no Brasil. **ROQUE, JRR Otimização na recuperação de ativos financeiros**, p. 1-11, 2014.

BCB. Relatório de inclusão financeira. n. 3. Brasília: BCB, 2015. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/Nor/reincfin/RIF2015.pdf>. Acesso em: 11 mai. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Disponível em http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_siete.pdf. Acesso em 08mai 2023.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>. Acesso em: 01 dez. 2020.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Conselho Nacional de Educação**. Câmara da Educação Superior. Parecer CNE/CP n° 970/99 de 09 de novembro de 1999. Brasília, 1999. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/PCS970.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2022.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Decreto n° 7.397, de 22 de dezembro de 2010. **Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF**, dispõe sobre a sua gestão e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, dez. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7397.htm. Acesso em: 01 nov. 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24

dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 08 ago. 2022.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Ministério da Educação. **Conselho Nacional de Educação**. Resolução n. 1, de 30 de maio de 2012. Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp001_12.pdf. Acesso em: 08 ago. 2022.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei 7318/2017. Altera os artigos 26, 32 e 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, **para incluir a disciplina "Educação Financeira" na matriz curricular nacional no ensino fundamental e médio**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2017. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1542561&filename=PL+7318/2017. Acesso em: 01 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio**. Brasília: Ministério da Educação, 1999.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos et al. A crise financeira de 2008. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 29, n. 1, p. 133-149, 2009. Disponível em: [file:///C:/Users/Casa/Downloads/474-Article%20Text-913-1-10-20200321%20\(3\).pdf](file:///C:/Users/Casa/Downloads/474-Article%20Text-913-1-10-20200321%20(3).pdf) Acesso em 27 jun. 2023.

BRITTO, R. R.; KISTEMANN JR, M. A.; DA SILVA, A. M. Sobre discursos e estratégias em Educação Financeira. **Jornal Internacional de Estudos em Educação Matemática**, Londrina, v. 7, p. 177-208, 2014.

CAMARGO, Rafaela Chioca. Matemática financeira e educação financeira no Ensino Básico: uma proposta para atividades em sala de aula. 2022.

CAMPOS, M. B. **Educação financeira na Matemática do ensino fundamental: uma análise da produção de significados**. 2012. 178f. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) – Instituto de Ciências Exatas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012. Disponível em: <http://www.repositorio.ufjf.br:8080/jspui/bitstream/ufjf/1789/1/marcelobergaminicampos.pdf>. Acesso em: 14 mai. 2021.

CANDAU, V. M.; SACAVINO, S. (Org.). **Educar em direitos humanos: construir democracia**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

CORDEIRO, Nilton José Neves; COSTA, Manoel Guto Vasconcelos; DA SILVA, Márcio Nascimento. Educação Financeira no Brasil: uma perspectiva panorâmica. **Ensino da Matemática em Debate**, v. 5, n. 1, p. 69-84, 2018.

CLARETO, S. M.; SILVA, A. A. Quanto de Inusitado Guarda uma Sala de Aula de Matemática? Aprendizagens e erro. **Bolema**, Rio Claro, AP, v. 30, p. 926-938, 2016. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/bolema/article/view/10205>. Acesso em: 11 ago. 2021.

- DA FONSECA, S. M. H. P. Planejamento Educacional. 1. ed. Sobral. INTA. 2016.
- DANTAS FILHO, Jerônimo Vieira. Baixo rendimento na disciplina de matemática. **EDUCA-Revista Multidisciplinar em Educação**, v. 4, n. 9, p. 98-113, 2017.
- DA SILVA, J. B. et al. Educação Financeira Escolar: Tomada de Decisão e Consumo na Percepção de Estudantes do Ensino Fundamental. **Abakós**, Belo Horizonte, v. 10, n. 1, p. 18-34, 2022.
- DE ASSIS, Samuel Alves; TORISU, Edmilson Minoru. Desvelando Diálogos Entre Educação Financeira e Educação Matemática Crítica: uma Pesquisa Envolvendo Dissertações de Mestrados Profissionais. **Jornal Internacional de Estudos em Educação Matemática**, v. 14, n. 2, p. 212-221, 2021.
- DE MEDEIROS, Gustavo Luís Bezerra; DE MEDEIROS, Lara Navarro Pereira. Ausência de educação financeira no Brasil: O impacto à sociedade e a possibilidade de reversão. **Brazilian journal of development**, v. 7, n. 10, p. 101408-101417, 2021.
- DOS ANJOS, A. O.; DOS SANTOS, L. T. B.; PESSOA, C. A.S. Do exercício aos cenários para investigação: a aplicação de atividades de educação financeira por professoras dos anos iniciais do ensino fundamental em uma escola de Recife-PE. *Revista Paranaense de Educação Matemática*, Campo Mourão, v. 6, n. 12, p. 158-186, 2017.
- DOS SANTOS, Laís Thalita Bezerra; DOS SANTOS PESSOA, Cristiane Azevêdo. Temáticas de educação financeira escolar nos anos iniciais do ensino fundamental: como são apresentadas em livros didáticos de matemática? **Alexandria: Revista de Educação em Ciência e Tecnologia**, v. 13, n. 2, p. 191-213, 2020.
- EMERIQUE, Paulo Sérgio. Isto e aquilo: jogo e “ensinagem” Matemática. In: BICUDO, Maria Aparecida Viggiani. (Org.). **Pesquisa em educação matemática: concepções e perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP, 1999. p. 185-198.
- ENEF – **Estratégia Nacional de Educação Financeira**. Disponível em: <https://www.vidaedinheiro.gov.br/quemsomos/>. Acesso em 05 mai. 2023.
- EVARISTO, C. **Becos da memória**. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.
- FREIRE, P. **Educação na cidade**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1995.
- FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, P. **Pedagogia da indignação: Cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Editora Unesp, 2000.
- FRIGOTTO, G. **Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.
- HARTMANN, Andrei Luís Berres; MARIANI, Rita de Cássia Pistóia; MALTEMPI,

Marcus Vinicius. Educação Financeira no Ensino Médio: uma análise de atividades didáticas relacionadas a séries periódicas uniformes sob o ponto de vista da Educação Matemática Crítica. **Bolema: Boletim de Educação Matemática**, v. 35, p. 567-587, 2021.

HARTMANN, A. L. B; REISDOERFER, C.; FERREIRA, I. F.; MARIANA, R. C. P. Educação Financeira no Ensino Médio: uma experiência sob o olhar da Matemática Crítica. **Jornal Internacional de Estudos em Educação Matemática**, Londrina, v. 12, n. 2, p. 154-163, 2019. Disponível em: <https://revista.pgsskroton.com/index.php/jieem/article/view/6207>. Acesso em: 13 jan. 2022.

HOOKS, B. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

JESUS, C. M. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. 10.ed. São Paulo: editora Ática, 2014.

MUNIZ, I.; JURKIEWICZ, S. Tomada de decisão e trocas intertemporais: uma contribuição para a construção de Ambientes de Educação Financeira Escolar nas aulas de matemática. **Revista de Educação, Ciências e Matemática**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 3, p. 76-99, 2016.

MUNIZ, I. Educação Financeira e a sala de aula de Matemática: conexões entre a pesquisa acadêmica e a prática docente. In: ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA, 12., 2016, São Paulo. **Anais...** São Paulo: online, 2016. p. 1 - 12. Disponível em: http://www.sbem.com.br/enem2016/anais/pdf/6333_4396_ID.pdf. Acesso em: 09 mai. 2023.

KISTEMANN JR, M. A.; CANEDO, N. R.; DE BRITTO, R. R. Discutindo estratégias e táticas para uma educação financeira crítica. **ESCOLA DE INVERNO DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA**, 4., 2014, Santa Maria. **Anais...** Santa Maria: online, 2014. p. 1-9. Disponível em: https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/534/2020/03/MC_Kistemann_Marco.pdf. Acesso em: 09 mai. 2023.

KISTEMANN JR, M. Matemática+ educação financeira= tomada de decisão. **CONGRESO URUGUAYO DE EDUCACIÓN MATEMÁTICA**, 7., 2017, Montevidéo. **Actas...** Montevidéo: online. p. 42 – 47. Disponível em: <http://funes.uniandes.edu.co/18001/1/Kistemann2017Matematica.pdf>. Acesso em: 09 mai. 2023.

LÉVY, P. **Cibercultura**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1999.

LINS, R. C. Matemática, monstros, significados e educação matemática. In: BICUDO, M. A. V.; BORBA, M. C. (Org.). **Educação Matemática: Pesquisa em movimento**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 101-131.

MACEDO, E. Currículo: política, cultura e poder. **Currículo Sem Fronteiras**, v. 6, n. 2, p. 98-113, 2006.

NACARATO, A. M.; MENGALI, B. L. S.; PASSOS, C. L. B. **A matemática nos anos iniciais do ensino fundamental**: tecendo fios do ensinar e do aprender. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

OCDE. **Alfabetização financeira para América Latina e Caribe**. Recomendações sobre os princípios e as boas práticas de educação e conscientização financeira. 2005. Disponível em: [https://www.oecd.org/daf/fin/financialeducation/\[PT\]%20Recomenda%C3%A7%C3%A3o%20Princ%C3%ADpios%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Financeira%202005%20.pdf](https://www.oecd.org/daf/fin/financialeducation/[PT]%20Recomenda%C3%A7%C3%A3o%20Princ%C3%ADpios%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Financeira%202005%20.pdf). Acesso em: 08 ago. 2022.

OLIVEIRA, A. A.; PESSOA, C. A. S. Educação Financeira nos anos iniciais do ensino fundamental: um olhar para a formação docente. **Instrumento**: Revista de Estudo e Pesquisa em Educação, Juiz de Fora, v. 20, n. 2, p. 219 - 329, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/revistainstrumento/article/view/19148>. Acesso em: 18 set. 2021.

PAIS, L. C. **Didática da Matemática**: uma análise da influência francesa. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

PESSOA, C. A. dos S.; MUNIZ, I. Educação Financeira Escolar: construções, caminhos, pesquisas e potencialidades para o século XXI. **Em Teia**, Recife, v. 12, n. 2, p. 1-18, 2021.

PESSOA, C. A. S.; MUNIZ, I.; KISTEMANN JR, M. A. Cenários sobre educação financeira escolar: entrelaçamentos entre a pesquisa, o currículo e a sala de aula de Matemática. **Em teia**, Recife, v. 9, n. 1, p. 1-28, 2018.

PIAGET, J. INHLEDER, B. **A psicologia da criança**. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil. 1989.

PIOVESAN, S. B.; ZANARDINI, J. B. **O ensino e aprendizagem da Matemática por meio da metodologia de resolução de problemas**: algumas considerações. Artigo produzido como requisito de conclusão do Programa de Desenvolvimento Educacional–PDE, 2008. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/845-4.pdf>. Acesso em: 11 mai. 2023.

RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento/Justificando, 2017.

SANTOS, L. T. B. dos; PESSOA, C. A. dos S. Atividades de Educação Financeira a partir da perspectiva dos Ambientes de Aprendizagem de Skovsmose. **Educação Matemática Pesquisa**, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 130-151, 2019.

SANTOS, L. T. B.; PESSOA, C. A. dos S. Temáticas de educação financeira escolar nos anos iniciais do ensino fundamental: como são apresentadas em livros didáticos de matemática? **Alexandria**, Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 191-213, 2020.

SCHNEIDER, Clarice Lúcia. Matemática: o processo de ensino-aprendizagem. Em *Só Matemática*. Virtuuous Tecnologia da Informação, 1998. Disponível na Internet em <https://www.somatematica.com.br/artigos/a32/index.php>. Acesso em 14 jun 2023.

SKOVSMOSE, O. **Um convite à educação Matemática crítica**. Rio Claro, SP: Papyrus Editora, 2014.

SKOVSMOSE, O. Cenários para investigação. **Bolema**, Rio Claro, SP, v. 13, n. 14, p. 66-91, 2000.